



Realização:

Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História

Organizadores:

Edyene Moraes dos Santos
Alex de Sousa Lima

São Luís



2017

ORGANIZADORES

Edyene Moraes dos Santos

Alex de Sousa Lima

Anais do I Congresso de História - CONHIST

São Luís



EDUFMA

2017

Copyright © 2017 by EDUFMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Profa. Dra. Nair Portela Silva Coutinho
Reitora
Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva
Vice-Reitor

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira
Diretor

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Jardel Oliveira Santos
Profa. Dra. Michele Goulart Massuchin
Prof. Dr. Jadir Machado Lessa
Profa. Dra. Francisca das Chagas Silva Lima
Bibliotecária Tatiana Cotrim Serra Freire
Profa. Dra. Maria Mary Ferreira
Profa. Dra. Raquel Gomes Noronha
Prof. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi
Prof. Me. Cristiano Leonardo de Alan Kardec Capovilla Luz

Revisão

Edyene Moraes dos Santos e Alex de Sousa Lima

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Lorena Ferreira Ramos CRB-13/828

Congresso de História (1. : 2016 : Codó, MA)

Anais da 1ª CONHIST [livro eletrônico] / I Congresso de História, Universidade Federal do Maranhão, 22 a 25 de novembro de 2016 em Codó, MA / Organizadores Edyene Moraes dos Santos, Alex de Sousa Lima. – São Luís: UFMA, EDUFMA, 2017.

Disponível em: <<https://www.conhist.com/>>.

76p.:il.

Inclui referências

ISBN: 978-85-7862-700-3

1. História 2. Sociabilidade 3. Religiosidade 4. Ensino 5. Território 6. Paisagem 7. Patrimônio 8. Política 9 Poder. 10. Imprensa I. Santos, Edyene Moraes dos II. Lima, Alex de Sousa.

CDU 37.091.321:94(81)

EQUIPE EXECUTORA

Prof.ª Ma. Edyene Moraes dos Santos
Prof.ª Ma. Fabiana Pereira Correia
Prof. Dr. Alex de Sousa Lima
Prof.ª Ma. Maria do Socorro Gonçalves da Costa
Prof.ª Ma. Douruezia Fonseca da Silva

Prof.ª Dra. Liliane Faria Corrêa Pinto
Prof.º Dr. Domingos Ribeiro Mendes Júnior
Prof.º Dr. Victor de Oliveira Pinto Coelho
Prof.ª Ma. Suly Rose Pereira Pinheiro

COMISSÃO CIENTÍFICA

Profa. Ma. Edyene Moraes dos Santos
Profa. Ma. Fabiana Pereira Correia
Profa. Ma. Maria do Socorro Gonçalves da Costa
Prof.ª Ma. Douruezia Fonseca da Silva

Profa. Dra. Liliane Faria Corrêa Pinto
Prof.º Dr. Domingos Ribeiro Mendes Júnior
Prof.º Me. Bruno Rogens Ramos Bezerra

COORDENAÇÃO GERAL

Prof.ª Ma. Edyene Moraes dos Santos

APOIO

Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA
Universidade Federal do Maranhão – UFMA - Campus Codó
Governo do Estado do Maranhão

SECRETARIA

Edyene Moraes dos Santos
Maria do Socorro Gonçalves da Costa

Liliane Faria Corrêa Pinto

MONITORES

Albideias de Oliveira Corrêa
Alexsandra Morais Ideriba Correia
Ana Flavia Gomes Cunha
Ana Raquel Mesquita dos Santos
Ana Valéria Queiroz Costa
André Alves Da Silva
Antonia Tavares Gama de Castro Neta
Augusto Aluizio dos Reis Santos
Charliane Santos do Vale
Cidislene Pereira Rego Poncion
Cleytiane Furtado Fontes
Domingas Santos Torres
Estefânio Monteiro Silva
Francisdalva Silva Lima
Glaucia Rosana da Silva
Gracilene Soares da Silva
Guilherme Willisngton Tavares Pereira
Hamilton Ferreira de Sousa Neto
Helena Gonçalves de Oliveira
Iara Vaz Bastos
Iara Maria Dias
Ivanice da Silva Santos

Janaina Rego de Andrade
Joice da Conceição Lima
Josicleide Ribeiro Leite
Josué de Carvalho Rodrigues
Kelys de Jesus Silva
Leonardo dos Santos Silva
Letícia Lafalhetes dos Santos Gomes
Luziane Moraes Vieira
Maria de Jesus Martins Luz
Maria Domingas Ribeiro da Silva
Maria Lucineide Moraes Vieira
Maria Regina Teles Pereira
Mariah Teixeira Ferreira
Mayara dos Santos Silva
Murilo Teixeira Ferreira
Nathália Cristielle Mouzinho de Oliveira
Raiana Rocha Lima
Ruana Sthefany Silva Santos
Tamires Cruz Freitas
Thayse Roberta Lima dos Santos
Valdiane da Cruz Oliveira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
<u>1.</u> A história da alfabetização no Brasil: Variações de método de alfabetização na história da educação infantil brasileira	8
<u>2.</u> Lei Rio Branco (A Lei do Ventre Livre)	15
<u>3.</u> Percurso Histórico: das origens ao turismo cemitérial.....	22
<u>4.</u> A laceração das hermenêuticas religiosas causada pela teoria dos antigos astronautas	32
<u>5.</u> A importância e a influência da escolástica no ensino superior contemporâneo	38
<u>6.</u> Sabores e sabedorias do sagrado: A utilização do azeite de dendê nos rituais de religião de matriz africana.	43
<u>7.</u> A economia do Maranhão no Período Imperial: o algodão como fator econômico.....	51
<u>8.</u> Percepção ambiental das comunidades Tucunaré, Vila Nassau e Transbarros com relação à paisagem territorial das margens do Rio Codozinho no trecho próximo a essas localidades... 	59
<u>9.</u> Dificuldades e transtornos aos trabalhadores responsáveis pela exploração e quebra do babaçu no interior do Maranhão: regiões circunvizinhas ao município de Codó.	65
<u>10.</u> Maranhão no primeiro Governo Vargas: as manobras dos interventores na conjuntura política maranhense entre os anos 1930 - 1936.....	70



APRESENTAÇÃO

O I Congresso de História – I CONHIST foi um evento organizado pelo Curso de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão, Campus VII, Codó. Teve como objetivo agregar as discussões, pesquisas e inovações não apenas da área de História, mas também das disciplinas afins que compõem o núcleo de interesse das ciências humanas. Partindo da premissa de eixos temáticos variados, foram propostas discussões sobre política, poder, sociabilidade, religiosidade, imprensa, ensino, demografia, territorialidades, abrindo assim um leque de possibilidades e evidenciando todo o ecletismo da História. As áreas de conhecimento da Sociologia, Filosofia, Geografia, Ensino e História que fazem parte do curso supracitado, conversam e convergem entre si, estabelecendo uma conexão dialética e interdisciplinar. O I CONHIST vem evidenciar a riqueza desse diálogo e trazer à tona as mais novas pesquisas e debates nessas áreas de estudo. Através de conferências, mesas-redondas, minicursos e comunicações, serão expostas as análises acadêmicas e suas contribuições para sociedade em geral. Isto posto, agradecemos toda a comunidade acadêmica, em especial aos professores(as) do Curso de Ciências Humanas e a todo conjunto de discentes do campus Codó pela preciosa contribuição para a realização deste evento. Agradecemos ainda ao indispensável apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA, cujo fomento tornou possível essa realização. Estendemos nosso agradecimento também à Universidade Federal do Maranhão e ao Governo do Estado do Maranhão, que nos proporcionaram condições técnicas para a promoção desse evento.

Att.:

Prof.^a Edyene Moraes dos Santos

Coordenadora Geral do I CONHIST.



ARTIGOS



A HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL: VARIAÇÕES DE MÉTODO DE ALFABETIZAÇÃO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA

Luís Henrique SERRA¹

EIXO TEMÁTICO: Sociabilidade, religiosidade e ensino

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um país que ainda apresenta um vergonhoso quadro de 8,7% da população analfabeta². Para um país que é considerado uma das grandes economias mundiais, esse é um quadro que deve ser considerado em diferentes perspectivas, dentre elas, as que atuem diretamente para as motivações desse quadro, como, o abandono escolar e os métodos (caminhos) pelos quais a alfabetização é trabalhada na educação infantil. A história da Educação Brasileira tem inúmeros capítulos que são importantes para a compreensão do atual aspecto da identidade brasileira. Muitas das questões discutidas na atualidade sobre a educação brasileira têm respostas na própria história de transformação que o Brasil teve que sofrer ao longo de toda a sua formação como país independente e com uma formação humana e filosófica própria, muito embora, muito influenciada por filosofias e crenças de outras culturas. Dentre as temáticas mais discutidas sobre a formação da educação brasileira e seus métodos de ensino, a questão do método da alfabetização e sua implementação nas escolas brasileiras é um dos menos passíveis de consenso. Os métodos de ensino da alfabetização brasileira passam por inúmeras transformações graças às mudanças de filosofia, políticas e de objetivos do Brasil como nação: a implementação de métodos sintéticos e analíticos de alfabetização expressa os diferentes enfoques teóricos sobre o fenômeno da alfabetização adotados pelos diferentes governos do Brasil. Frade (2005, p. 9) explica que “A alfabetização tem uma história de longa duração, sobre a qual pouco conhecemos.

As práticas de alfabetização não começaram nos séculos XX e XXI, estão em constante transformação desde que se necessitou ensinar alguém a ler e escrever. ”É

¹ Universidade Federal do Maranhão, campus VII, Codó. Coordenação de Pedagogia. E-mail: luis.henrique@ufma.br

² Dados disponíveis em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34167> acesso em: 05/11/2016



importante lembrar que o fenômeno de universalização da educação é muito recente, muito embora a instituição escola remonte os primeiros anos do descobrimento do Brasil (RIBEIRO, 1997) e a escola é a principal instituição social responsável pela alfabetização. Vale lembrar, de outro modo, que o ensino de alfabetização no Brasil nasce com a preocupação republicana da liberdade dos indivíduos e a escola seria esse local de libertação. A capacidade de ler e escrever, nesse sentido, daria liberdade e autonomia ao cidadão brasileiro. Isso mostra que a história da alfabetização no Brasil tem a ver com a própria ideia de república e com um plano maior de construção de uma república em terras brasileiras. Considerando esses aspectos, este trabalho busca fazer um levantamento dos diferentes métodos de alfabetização apresentados pela história da escola brasileira, além de relacionar as mudanças de métodos às transformações sociais vividas pelo Brasil ao longo dos séculos.

O estudo parte do pressuposto de que a escolha de métodos de alfabetização adotados pela escola brasileira tem a ver com a própria formação intelectual e histórica do Brasil, o flagrante do papel político-ideológico da escola no Brasil. Métodos sintéticos e Analíticos são implementados, excluídos e reinstituídos a todo o momento na história da escola brasileira, o que mostra como essa dualidade é importante para a compreensão do fenômeno da alfabetização brasileira. O estudo visa trazer mais uma discussão sobre essa grande temática dos dias atuais na área da educação linguística.

2. DISCUSSÃO TEÓRICA: MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO

Uma das grandes discussões sobre os métodos de alfabetização na atualidade é qual é o mais adequado: defensores dos métodos sintético e global discutem a melhor forma de se solucionar o grande problema do analfabetismo, que atinge uma grande parcela da população brasileira. É importante esclarecer que método sintético é o método de alfabetização que leva em consideração aspectos sonoros e gráfico das palavras. Por meio desse método, o aluno é introduzido ao mundo das letras levando em consideração a família dos sons (vogais, consoantes simples e complexas), identificando os sons nos diferentes textos. Dessa forma, o método preconiza as partes de um todo, que são as palavras. Por outro lado, o método analítico ou global é um método que busca a compreensão do todo para que se chegue as partes desse todo.



Desse modo, no método global, a compreensão textual e dos gêneros textuais são importantes para a apreensão da palavra, que deve ser feita por meio dos diferentes textos circulantes na sociedade (FRADE, 2005, p. 22). São exemplos de atividades do método sintético atividades que priorizam a relação entre som e grafia, nome das letras etc. são exemplos de atividades do método global a silabação, a palavração, a sentencição e o uso do método global de contos. Esses dois grandes grupos de métodos de alfabetização ficaram conhecidos como métodos diretivos e não-diretivos, sendo o primeiro mais preocupado com as letras e os sons, portanto, são mais diretos em relação a esses aspectos, enquanto que o outro busca um contato indireto entre a escrita e os sons das palavras. Em alguns momentos da educação do Brasil, é possível observar que a escola brasileira é diretiva e não-diretiva. Como se observou anteriormente, entre os alfabetizadores, persiste a discussão acerca de qual o melhor método para a alfabetização, sendo que alguns até relacionam os dois grupos de métodos em suas aulas. De qualquer modo, Mendonça (2011) e Mortatti (2015) observa quatro grandes períodos da história da alfabetização brasileira, as quais ela relaciona com a mudança de governo e de organização da sociedade brasileira. Este estudo reconhece e adota essa tipologia para discutir as mudanças de métodos ocorridos ao longo da história da alfabetização.

3. METODOLOGIA

Este estudo utiliza-se de uma metodologia eminentemente bibliográfica, visitando documentos históricos e atuais relativos à alfabetização no Brasil. O estudo relaciona fases da formação demográfica, política, intelectual e filosófica do Brasil com os diferentes métodos de alfabetização que foram sistematizados pelas escolas brasileiras. Nesse sentido, o trabalho apresenta as quatro fases da alfabetização brasileira para depois e comenta essas fases fazendo uma ponte com alguns resultados e números da alfabetização no Brasil apresentados por órgãos governamentais brasileiros, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nesse sentido, foram analisados períodos históricos que estão associados à aplicação ou não de determinadas maneiras de alfabetização. Tais maneiras, é importante frisar, foram nacionalmente aceitas e adotadas pela escola brasileira em sua maioria, principalmente nos



estados desenvolvidos do País e baseiam um conjunto de reflexões que dão origem o que se tem chamado de “guerra dos métodos”

4. A HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL E OS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO

No período da proclamação da república, de acordo com Mortatti (2015), a ideia era o desenvolvimento intelectual do brasileiro para que o povo pudesse finalmente ser responsável pela democracia. Desse modo, já se pensava, naquele momento, na universalização do ensino e na alfabetização todos, tendo em vista que o analfabetismo, naquela época, alcançava uma parte considerada do povo brasileiro. Mortatti (2000, p. 2) lembra que “No âmbito desses ideais republicanos, saber ler e escrever se tornou instrumento privilegiado de aquisição de saber/esclarecimento e imperativo da modernização e desenvolvimento social.”. A escola, nessa época, era privilégio de poucos, as aulas régias eram escassas nas províncias e eram de qualidade duvidosa (MARCÍLIO, 2016). Nesse sentido, o ensino de alfabetização e letramento deu-se, no início, como um uma forma de desenvolvimento de leitura e de escrita. O objetivo era transformar o cidadão brasileiro apto para o acesso à cultura erudita e europeia, considerada como superior. No entanto, diante da enorme dificuldade dos brasileiros em ler e em escrever, observou-se a necessidade de fazer com que o brasileiro tivesse acesso às letras e esse não foi um trabalho fácil, tendo em vista os resultados dos esforços na tentativa de alfabetizar o povo. Mortatti (2004, p. 4, grifo original) lembra que:

Decorridos mais de cem anos desde a implantação, em nosso país, do modelo republicano de escola, podemos observar que, desde essa época, o que hoje denominamos “fracasso escolar na alfabetização” se vem impondo como problema estratégico a demandar soluções urgentes e vem mobilizando administradores públicos, legisladores do ensino, intelectuais de diferentes áreas de conhecimento, educadores e professores.

É esse sucessivo e permanente quadro de fracassos na alfabetização que leva a mudança de método e de modos de se alfabetizar. Essa mudança suscita uma guerra de métodos que se arrasta até os dias atuais. Como ora foi observado, Mortatti (2004, 2015) elenca 4 grandes momentos da história do ensino de leitura e de escrita no Brasil, os quais ela denominada de (i) *metodização do ensino de leitura*; (ii) *a institucionalização do método analítico*; (iii) *Alfabetização sob medida* (iv) *construtivismo e a desmetodização*.



Os primeiros materiais didáticos no Brasil eram cartilhas que eram formadas a partir do método sintético, cartilhas e livros que eram produzidos na Europa utilizados no Brasil. O ensino das sílabas e das letras era a atividade mais comum. Após a leitura, os alunos aprendiam as palavras. “Quanto à escrita, esta se restringia à caligrafia e ortografia, e seu ensino, à cópia, ditados e formação de frases, enfatizando-se o desenho correto das letras.” (idem, p. 5). Após o método sintético, surge o método João de Deus, que retoma um pouco o método global de palavração, o que faz com que surge um movimento de mudança do conceito de alfabetização e buscou-se mais do que apenas aprender o nome e a relação entre os sons e as letras. Surge, daí, diante novo modo de alfabetização a disputa entre o novo e o antigo método de alfabetização, ainda no século XIX. No segundo momento, a partir de 1890, passa a ser implementado no Brasil um novo modo de trabalho que é muito mais prático e busca a contextualização dos conteúdos acadêmicos e escolares. Nessa época, começa-se a disseminar o método analítico como o método adequado para o desenvolvimento da escrita e da leitura nos alunos.

O Estado de São Paulo é que encabeça essa mudança e cria comissão de professores que viajam a todo o país divulgando trabalhos na área de alfabetização por meio do método analítico. “As cartilhas produzidas no âmbito do 2o. momento na história da alfabetização, especialmente no início do século XX, passaram a se basear programaticamente no método de marcha analítica (processos da palavração e sentencição), buscando se adequar às instruções oficiais, no caso paulista.” (idem, p. 7). É no início do século XX que se começa a chamar de alfabetização o ensino das primeiras letras, tendo em vista que o esforço para desmembrar o ensino de leitura e descrita do processo de alfabetização. Tendo em vista os demorados resultados alcançados com o método analítico, começou-se mais uma vez a questionar a sua eficácia, muito embora houvesse uma insistência por parte de seus defensores. Na década de 1920, com a liberdade que os professores de São Paulo tinham para escolher o mais importante método que desejasse trabalhar, pensou-se em uma mistura entre os métodos, em que o método analítico combinava-se com o método sintético. A disputa que havia entre os defensores dos dois métodos bradou-se e passou-se a aceitar-se um relativo consenso entre os professores. Nesse Momento da história da alfabetização que se observa um certo relativismo, principalmente com pesquisas e testes feitos com ambos os métodos. É nesse momento que



os livros didáticos são produzidos com atividades que contemplem os dois métodos. Com o sucesso das teorias cognitivistas, passa-se a considerar a maturidade do aluno no contexto da alfabetização. Esse tipo de pensamento vigorou até a década de 70 no Brasil.

A partir da década de 80, a discussão passou a ser feita em outra perspectiva, buscando-se agora a desmetotização, principalmente pela urgente necessidade de alfabetização dos brasileiros. O Brasil, na tentativa de ser uma potência econômica, buscou aproxima-se de novas tendências, como o construtivismo de Emília Ferreiro. Essa nova prática desloca o foco sobre o método para o amadurecimento mental da criança, questionando-se o uso das cartilhas. A velha dicotomia analítico e sintético torna-se tricotomia, com uma nova perspectiva de alfabetização, que é psicológica. Sobre esse momento, Mortatti explica que,

Nesse 4º momento — ainda em curso —, funda-se uma outra nova tradição: a desmetodização da alfabetização, decorrente da ênfase em quem aprende e o como aprende a língua escrita (lecto-escritura), tendo-se gerado, no nível de muitas das apropriações, um certo silenciamento a respeito das questões de ordem didática e, no limite, tendo-se criado um certo ilusório consenso de que a aprendizagem independe do ensino.

Muitas discussões decorrem desse modo de pensar o ensino de leitura e escrita e passam-se a observar novas disputas intelectuais com relação à escrita, principalmente com a corrente do sociointeracionismo, na década de 1980. As discussões de agora são para entender que o Construtivismo não é um método em si, mas sim, um conjunto de observações sobre o processo de aquisição de leitura e de escrita, que serve mais para fundamentar ideias e práticas do que um método em si. Decorridas algumas questões dessa reformulação do pensamento construtivista de alfabetização, que vigorou muito forte durante longos anos e até os dias atuais ainda mostra sua cara, o sociointeracionismo, presente, de algum modo, no método global, vem ganhando força, principalmente com a sua institucionalização por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As rápidas considerações feitas nesse texto mostram que a alfabetização é um campo em que o Brasil vem há muito tentando acertar. Muitas discussões foram travadas ao longo da história dessa tentativa do País em vencer o analfabetismo e tornar o Brasil um país



alfabetizado e desenvolvido do ponto de vista social e democrático, como esperavam os princípios republicanos. Embora este texto não tenha buscado aprofundar-se nessa questão, mais sim, apresentar questões mais gerais que dessem um panorama sobre a realidade da alfabetização no Brasil., essa rápida passagem nos mostra algumas tendências e algumas discussões importante que permeiam o atual estágio das discussões sobre os métodos de alfabetização, que, embora tenha sido deixado de lado ao longo das discussões sobre alfabetização no Brasil. De um modo geral, é possível observar que essa mudança de método, que foram sendo adotada pelo Brasil ao longo da história, mostra a tentativa que o País vem fazendo há muito de se livrar desse problema que afeta muito mais do que os objetivos da escolas, mas também, os do Brasil como um País. Mesmo com tantas tentativas, o analfabetismo persiste, mostrando a gravidade e a profundidade desse problema, mostra também a urgência que o País precisa ter para resolvê-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. **Métodos e didáticas de alfabetização: história, características e modos de fazer de professores.** Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da Alfabetização no Brasil.** São Paulo: EDUSP, 2016.

MENDONÇA, Onaide Schwartz. Percurso histórico dos métodos de alfabetização. Universidade Estadual Paulista/ Pró-reitoria de Pós-Graduação. **Caderno de Formação: formação de professores didática dos conteúdos.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 23-35.

MICOTTI, Maria Cecília de Oliveira. **Alfabetização: propostas e práticas pedagógicas.** São Paulo: Contexto, 2015.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e letramento.** São Paulo: Ed. UNESP, 2004

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da Educação Escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia**, 4 (1), p. 15-30, 1997.



LEI RIO BRANCO (A LEI DO VENTRE LIVRE)

Raimundo Assis da SILVA³
Ivanice da Silva SANTOS⁴
Cidislene Pereira Rego PONCION⁵

EIXO TEMÁTICO: Sociabilidade, Religiosidade e Ensino

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar a discursão da lei do ventre livre numa visão jurídica em que a lei foi apresentada e os resultado que ela trouxe para a sociedade brasileira. O momento que o Brasil vivia era de muita pressão para que houvesse a libertação dos escravos por esse motivo fizeram leis para frear este tipo de serviço, preocupando com as crianças que nasciam no Império. No momento que o imperador se ausentou para a Europa, muitas discursões aconteceram mas houve a aprovação da lei aconteceu em 28, de setembro de 1821. A lei foi assinada pela princesa D. Isabel. Sendo o resultado insatisfatório para a resistência que lutava pela libertação, que discordando da lei, que veio com aparência de boa mas em sua realidade não trazia a liberdade para os nascituros. Para os que estavam à frente da luta essa liberdade só seria conquistada com pagamento e isso não é uma libertação, e analisando a lei que foi aprovada essas crianças já nasciam dentro de um ambiente preparado para a escravidão, por esse motivo a resistência não via motivo de comemorar essa lei como liberdade, que favoreceu aos fazendeiros e senhores donos de escravos.

Palavras-chave: Lei do Ventre Livre. Crianças. Liberdade.

INTRODUÇÃO

Esta é uma discussão sobre a lei do ventre livre segundo Osorio Duque Estrada. Para elaborar essa lei, Barão do Rio Branco foi convidado para compor o ministério e junto com ele estava:

³ Graduando do Curso de Licenciatura Humana – História, pela UNIVERSIDADE Federal do Maranhão – UFMA Campus VII Codó – MA. E-mail: assis72@yahoo.com.br.

⁴ Graduanda do Curso de Licenciatura Humana – História, pela UNIVERSIDADE Federal do Maranhão – UFMA Campus VII Codó – MA. E-mail: ivanice29@hotmail.com

⁵ Graduanda do Curso de Licenciatura Humana – História, pela UNIVERSIDADE Federal do Maranhão – UFMA Campus VII Codó – MA. E-mail: cida.rego@hotmail.com



Fazenda – Rio Branco, Marinha – Duarte de Azevedo, Guerra – Jaguaribe, Estrangeiros – M. F. Correia, Império – João Alfredo, Justiça – Saião Lobato, Agricultura – Teodoro Machado. Rio Branco era o um estadista do partido dos conservadores já envolvido na política e muito experiente. Que deveria ficar por cinco anos para ajudar o império.

Primeiramente ainda não tinha sido aberto o parlamento, iniciou as atividades para as reformas ajustadas pelo o presidente do conselho em seu programa: reforma da guarda nacional, reforma judiciaria, reorganização da marinha e do exército e reforma da instrução pública.

Logo de abertas as câmeras o imperador viajou para a Europa, sua filha princesa D. Isabel que tinha vinte e cinco anos de idade que ficou como regente do Império. Era um momento de resistência escravista bem organizada e com dureza com os seus principais nomes; Paulinho de Sousa, Ferreira Viana e Andrada Figueira, que estariam em pleno compromisso com Rodrigo Silva, José de Alencar, Duque Estrada Teixeira e Perdígão Malheiros.

A proposta que governo fez, que antes foi formulada por Teixeira Júnior retratada dos projetos de S. Vicente, quem apresentou na câmara foi o ministro da Agricultura Teodoro Machado no dia doze de maio, composta em duas partes com dez artigos e com trinta e quatro parágrafos no total.

Uma preocupação que o Brasil tinha era a libertação dos escravos pois, foram preciso leis para dar uma freada, por outro lado a preocupação eram as crianças filhos das escravas, a liberdade que era tão esperada poderia acontecer com as crianças através da Lei do Ventre Livre, o momento que o brasil estava vivenciando era um período regencial e a lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871.

DESENVOLVIMENTO

Segundo o artigo primeiro que diz que as crianças filhos de cativas, que nasceram a partir de 28 de setembro de 1871, receberão a condição de livre. Um direito que quando nasceu já foi de liberto. O que acontecia no Império era um período de escravidão, pensou



logo nas crianças dá a entender que a partir desta data não nasceria mais escravos, que a liberdade de fato estava acontecendo a partir do nascimento.

Desse modo, podemos observar que, no Brasil, o sentido atribuído a *ingênuo*⁶, nesse contexto, diferentemente do sentido na Roma Antiga, funcionou para caracterizar, sobretudo juridicamente, filhos de escravas, crianças negras, que não gozavam do estatuto de liberdade conferido aos ingênuos romanos. Se a palavra era a mesma e o sentido era outro, outro também era o estatuto jurídico: em lugar de alguém com direitos próximos ou iguais ao de cidadão, a criança – *ingênuo* – no Brasil era tão somente um objeto de direito, propriedade dos senhores de suas mães. (SANTOS, 2013, P. 21)

A posição de favorável na sociedade eram as crianças que nasceram no Império, mas essas crianças estavam livres sob a tutela dos senhores donos das escravas, que eram obrigados a alimentas os filhos das cativas. Esses cuidados que os senhores tinham eram também para que essas crianças não fosse tiradas de seu poder por uma ordem judicial. Elas deveriam ficar com os senhores até completarem oito anos de idade.

Depois de completados os anos os senhores tinham trinta dias para enviar um requerimento ao governo pedindo a indenização de seiscentos mil réis ou se não enviasse ficava entendido que os senhores utilizaria os serviços deste até completar os vinte e um anos de idade só então poderia ir como livre.

A condição de livre das crianças demonstra que não fica muito distante da realidade em que as mães viviam, ao nascer já estavam sobre o domínio de um senhor ou seja a escrava pertence ao seu senhor, logo se uma escrava venha ter um filho, segundo a lei esse filho livre tem que ser criado pelo o senhor de sua mãe, o que a escrava possui pertence ao seu senhor.

Outro ponto que a condição de livre deixa a desejar é que até o oitavo ano de vida o senhor das cativas estará obrigado a criá-lo e tratá-lo mas no dia que completa o oitavo ano de idade o senhor terá que fazer uma declaração no espaço de trinta dias e enviar ao governo para receber uma indenização de que será em títulos de renda, que terá um fim de dívida com

⁶ Ingênuo é quem nasce livre e continua livre, pouco importando que o pai seja ingênuo ou liberto. Os ingênuos podem ser cidadãos romanos, latinos ou peregrinos. Os primeiros têm todos os direitos do cidadão romano; os latinos e peregrinos tem situação jurídica especial, inferior à dos primeiros.” (CRETELLA JÚNIOR apud ALANIZ, 1997, p. 39).



trinta anos, só que se o senhor não enviar no prazo marcado a criança que nasce na condição de livre ficará no poder do senhor e só poderá ser livre com vinte e um anos de idade. Os senhores por muitas vezes não enviava a declaração pois ele achava que ficaria com a criança depois dos oitos anos e libertaria com vinte e um anos. Por outro lado essas crianças já estavam marcadas para o lucro dos senhores.

Mesmo que a palavra “ingênuo” não conste na letra da lei, o projeto foi um importante passo para a eliminação do serviço cativo no Brasil. Por mais que vários abolicionistas a criticassem, por facultar a permanência do menor com seu senhor até a idade de 21 anos, compreendemos, como Joaquim Nabuco (2010), que a lei foi um marco inicial em direção à abolição. O filho não seguiria mais o ventre! (CARDOZO, p.3)

No 1º caso o governo receberá o menor e lhe dará destino em conformidade da presente lei. A indenização pecuniária acima fixada será paga em títulos de renda com o juro anual de 6%, os quais se considerarão extintos no fim de trinta anos. Segundo o autor diz que muitas vezes os senhores escolhiam os trabalhos destas crianças.

Algumas razões podem ser consideradas uma que a dívida seria extinta com trinta anos, ficando com os serviços da criança ele poderia ter lucro e seus trabalhos não ficariam parados até que os vinte e um anos cheguem. Por outro lado vale pensar na vida da cativa enquanto ela tiver vida logo que essa escrava venha falecer os senhores eram obrigados a enviar as crianças para o governo se tudo vier acontecer dentro do prazo.

Mas acontecendo a liberdade da cativa e se os filhos desta ainda não tiverem completado oito anos de idade essa criança será entregue à mãe sem nenhum custo. Mas se houver uma transferência para outro senhor e as crianças forem menores de doze anos elas deverão acompanhar o novo senhor com os mesmos deveres.

Fica claro que os senhores donos de escravos não tinham como perder essas crianças se cuidasse direitinho e que isso só poderia acontecer se por um acaso os senhores fossem denunciados por maltrato e se isso viesse ser sentenciado por um juiz, logo se não tem quem denuncie não haverá punição.



Eram dessas condições que o artigo primeiro tratava acerca dessas crianças e que essa liberdade vinha da parte do governo. Aliás é a primeira vez que o governo interfere nessas decisões não porque o governo ficou com dó eram as pressões exteriores que estava cada vez mais insustentada por esse motivo de fora e de dentro da resistência abolicionista foram os suficiente para o governo acelerar a emancipação das crianças.

No segundo artigo a lei falar das associações que eram autorizadas pelo o governo para receber os filhos das cativas pelos os motivos de abando ou pelo poder da lei. As casas ou associações que recebiam as crianças que o governo pagava ou que eram deixadas pelos os senhores estava sujeita de vistorias por parte dos juízes de órfãos.

A legislação de 1871 provocou rachas entre as elites parlamentares do sul, do norte e do nordeste do País, ficando evidente a resistência do sudeste escravista a qualquer tipo de mudança. Deu-se um grande debate nacional, a partir do qual muitos posicionamentos políticos puderam ser identificados. Os escravocratas afirmavam que, com o advento da lei, os filhos dos escravos seriam novamente abandonados, como o que ocorria antes da proibição do tráfico, quando o escravo era relativamente barato e 95% das crianças eram abandonadas (Conrad, 1975: 114-121).

Essas associações recebiam as crianças e seus serviços sem custos até quando elas completassem a idade de vinte e um anos de idade, tendo essas associações os direitos como o do artigo primeiro dos senhores donos de escravos, sendo obrigados a criar e tratar, dar serviços e fazer uma reserva em dinheiro para esses menores até cumprir o tempo apropriado.

Era de responsabilidade das associações a educar as crianças e isso era fiscalizado pelos os juízes de órfãos e se não estivessem de acordo com a lei essas associações poderiam ser punidas. O governo era o único responsável em recolher as crianças nos lugares públicos, levando para as associações.

O destino a ser dado aos ingênuos ocupou grande parcela dos debates entre parlamentares. Em consequência aprovaram-se medidas que desestimularam a entrega de ingênuos ao “Governo”, afinal o Estado reconhecia sua incapacidade de se responsabilizar por essas crianças. No texto da lei, caso esses menores ficassem sob responsabilidade do Estado, poderiam ser entregues a Associações ou Juízes de Órfãos, os quais teriam a oportunidade



de explorar o trabalho dessas crianças e/ou encaminhá-las para a educação. (NOEMI, P. 21).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a resistência escravocrata a proposta era desprezível para as crianças que viriam nascer naquele período, era um ambiente de espera à escravidão até chegar aos vinte um anos de idade. Na realidade nenhuma criança nascia livre neste Brasil: o que a lei dizia ser LIVRE na verdade só depois de um pagamento do Governo de seiscentos mil réis, ou pelo serviço prestado como escravo ao completar vinte e um anos.

Os chamados emancipacionistas viam na Lei o procedimento correto e adequado a uma Política abolicionista legalizada, gradual e eficiente para gerar tranquilidade nas senzalas, acalmar os abolicionistas e manter os direitos dos senhores, no tocante ao acesso à indenização. No entanto, conforme a historiografia vem demonstrando, a chamada Lei do Ventre Livre trouxe, no seu bojo, muito mais que um simples sancionamento legal em relação à libertação do escravo. Em torno da lei do Ventre Livre foi edificada uma estratégia política de avanço e recuo em relação aos objetivos históricos que a referida legislação pretendia alcançar. (PAPALI, 2001, p. 3)

A revolta da resistência escravocrata se manifesta com palavras de repúdio, as pessoas se iludiram, até os que lutavam pela abolição comemoravam como se fosse uma vitória o ato dessa lei totalmente contrária a moral buscando para isso duas razões: enganar arditamente com o título contrário a realidade de LEI DO VENTRE LIVRE e, a agitação e a reação humana manifestada pelos fazendeiros e senhores de escravos com cadeira na Câmara do Senado. O resultado foi satisfatório aos fazendeiros e senhores de escravo.

REFERÊNCIAS

CARDOZO, José Carlos da Silva; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Anjos marcados: o batismo dos filhos do ventre livre (Porto Alegre/RS - 1871-1888)*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais - RBHCS Vol. 7 Nº 13, Julho de 2015.

OSÓRIO, Duque-Estrada. *A abolição*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. 258 p. – (Edições do Senado Federal; v. 39)

PAPALI, Maria Aparecida C. R. *A Legislação De 1871, O Judiciário E A Tutela De Ingênuos Na Cidade De Taubaté*. In: “Escravos, Libertos e Órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895). Tese de Doutorado. PUC/São Paulo, 2001.



SANTOS, Dilma Marta. *Da liberdade à tutela: uma análise semântica do caminho Jurídico percorrido por filhos de ex-escravos no Brasil pós abolição*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia,. Vitória da Conquista, Bahia, 2013

SILVA, Noemi Santos da. *Aprendendo A Liberdade: Escravos, Libertos E Instrução Formal – Paraná, Século XIX*. Monografia. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba , 2010.



PERCURSO HISTÓRICO: DAS ORIGENS AO TURISMO CEMITÉRIAL

Augusto Aluizio dos Reis SANTOS⁷

EIXO TEMÁTICO: Sociabilidade, Religiosidade e Ensino

RESUMO

Ao decorrer deste trabalho fez-se uma passagem pela sensibilidade fúnebre através de uma revisão bibliográfica, com isto, pudemos revisar como se deu a relação do homem com a morte ao longo do tempo. Desta forma, percebemos que o homem durante um bom tempo lidou com a morte de uma forma mais aceitável, natural que em nossos dias, esta Ariès chamou esta de morte domada. E, em certos momentos, a morte foi completamente escondida das sociedades, mas, percebeu-se que nos últimos anos há uma volta aos animados cemitérios da Idade Média, o qual buscaremos explicar a partir dos cemitérios de Portugal.

Palavras-chave: Cemitério. Portugal. Percurso.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um desmembramento da minha pesquisa monográfica que visa estudar o surgimento dos cemitérios no município de Codó – MA, uma cidade que fica localizada na Região dos Cocais e fica a 306 KM da capital São Luís. Falar sobre a morte não é uma tarefa fácil, seja pelo fato de se tratar de sentimentos que a pessoa não tem o hábito de falar, sobre pelo fato de ser difícil de compreender todos os aspectos que a cerca, mas é algo muito gratificante.

A metodologia empregada nesta pesquisa será a revisão bibliográfica. Como nos coloca Vianna (2001), este método é a base que sustenta a maioria das pesquisas. Pois, para este o primeiro passo em uma pesquisa é conhecer o que já foi realizado. Já Lakatos e Marcone (2010), afirma que esta se torna necessário para delimitarmos nosso objeto de pesquisa e, serve também, para percebermos as lacunas existentes no campo ao qual se pretende debruçar-se. Diante do exposto, pretende-se, com este método, chegar ao turismo cemitério que vem crescendo desde o final do século XX.

⁷ Graduando do curso Licenciatura em Ciências Humanas/História, pela Universidade Federal do Maranhão. augusto5565@hotmail.com



Com este trabalho pretende-se perpassar como se deu o advento cemitérial na cidade de Portugal e, através de sua consolidação, pelas incursões artísticas no cemitério, entender como os cemitérios portugueses tem se tornado símbolo de turismo para aquele país.

Giacoaia (2005, p 17), fala que dependendo como a sociedade se comporta perante a morte e o morto influencia diretamente em como será composta e feita a manutenção de sua identidade coletiva. Já Ariès (1971), disserta que o fenômeno da morte, assim como os fenômenos da vida social, não podem ser vistos de maneira separada, pois, “Os contemporâneos não as percebem porque o tempo que as separa ultrapassa o de varias gerações e excede a capacidade da memoria coletiva” (ARIÈS, 1971, p. 13).

Percebe-se, ao longo desta revisão bibliográfica, que o ocidente, na maioria do tempo, esteve tentando esconder a morte, e acreditava-se que esta não possuía um sentido, diante disto, carecia dar-lhe algum significado, e as formas encontradas para dar tal sentido é reveladora no âmbito da organização social dos vivos, como sugere Ortiz (Apud RINALDI,1996, p.100) “A morte não é um acontecimento puramente de ordem física; ao destruir um ser humano ela elimina um ser social”. O mundo a que pertence o indivíduo é automaticamente atingido e deve então ser regenerado. Por isso os rituais funerários se assemelham aos rituais de criação. À exclusão de um indivíduo deve suceder-se um processo de integração da alma no mundo dos mortos. A morte é uma passagem de uma sociedade visível à outra invisível... os mortos passam a ocupar um lugar específico no universo de compreensão do mundo daqueles que os celebram. Dito de outra forma, a morte adquire sentido.

Já na perspectiva histórica das mentalidades, Michel Vovelle (1985) foi o pioneiro a interessar-se pelo tema da morte e imaginário popular. *Imagens e Imaginário na História* (1997), a autor disserta sobre a morte da Idade Média ao século XX.

A partir de análises bibliográficas, percebe-se que a morte, ao longo do tempo, é compreendida de acordo com o seu contexto social e cultural, e que esta estará arraigada aos dogmas da igreja. A tanatologia é um ramo das ciências sociais desde o século XX, amparada



pela tradição francesa, respaldada pela Escola dos Annales⁸ e ainda estudos de autores da antropologia inglesa que tomaram por objeto as representações e rituais da morte em suas etnografias⁹.

Percurso histórico da morte no Ocidente

Inicia-se este trabalho fazendo um percurso histórico acerca da representação morte no ocidente, para depois adentrar na discussão sobre a morte em Portugal. Na antiguidade a morte foi caracterizada através do mistério e da incerteza, isso, conseqüentemente, gerou medo, o medo do desconhecido, pois, quem havia experimentado a morte não tivera a oportunidade de compartilhar tal experiência com os que ficaram aqui.

Na Mesopotâmia, segundo Caputo (2008), o sepultamento dos mortos era feito com muito zelo e juntamente com os corpos enterrava-se alguns pertences que representavam a personalidade familiar e pessoal do morto, assim, estariam, acreditavam, garantindo a travessia do defunto para o mundo da morte, os corpos eram colocados no subterrâneo.

Já os Gregos, segundo o mesmo autor, em seus ritos funerários, tinham o hábito de cremar seus defuntos, pretendiam assim marcar a nova condição existencial destes, sua condição social de morto, nesta relação havia dois tipos de mortos os mortos comuns, ou seja, os anônimos, e os heróis mortos em tempos de guerras, que recebiam um tratamento diferenciado: os primeiros eram cremados e enterrados coletivamente em valas, uma vez que eram vistos como simples mortais. Já o segundo tipo era levado à pira crematória, reservada para os grandes heróis, na cerimônia da bela morte, uma vez que nas representações dos gregos esse tipo de morte tornava imortal o morto. Esse tipo de simbolização da morte pode ser constatada na obra de Homero, denominada *Ilíada*, onde o autor aponta Aquiles como o melhor dos gregos em função de seus atos de bravura (GIACOIA, 2005, p. 13).

⁸Até o século XX, a historiografia dominante era a que via a história como um fato político, fazendo uso apenas de documentos oficiais como fonte histórica. Essa perspectiva começa a mudar com a revolução dos Annales que abre o campo da história para ser pesquisado temas mais variados, é o que acontece com as discussões sobre gênero, o índio na sociedade, o escravo, as representações da morte, entre outros. BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

⁹ Destacam-se Durkheim, Marcel Mauss, Hertz (tradição francesa) e Evans-Pritchard, dentre outros da antropologia inglesa.



A morte e as religiões

Assim como os gregos, os Hindus tinham o hábito de cremar os corpos (a morte e suas representações ganham uma significação própria de acordo com o tempo e a sociedade que esta está enraizada) nestas comunidades a cremação ganha um significado diferente da dos Gregos, sobre o ritual dos hinduístas, Caputo diz o seguinte:

Os hindus cremavam o cadáver, o qual era despojado de sua identidade, personalidade e inserção social. Uma vez consumido pelo fogo, as cinzas eram lançadas ao vento ou nos rios (CAPUTO, 2008, p. 74).

Ainda referenciando-se aos Hindus, para eles, ao contrário dos gregos clássicos, a grande personalidade do seu tempo era o líder religioso, aquele que abre mão da vida mundana por uma vida de abstinências e subserviência à Deus, segundo CAPUTO, ao contrário dos gregos, para os hindus a grande personalidade não era o herói, “(...) o indivíduo admirável para os hindus eram os ascetas, os monges, os quais despojavam-se a tal ponto de abrir mão dos dois mais poderosos mananciais da vida: o desejo de conservação e de reprodução” (2008, p. 75).

Já para a civilização cristã, a morte representaria uma passagem para outra dimensão, na qual ter-se-ia acesso a vida de expiação, o inferno, ou o desfrute de uma vida de gozo, o paraíso, passava-se de uma vida de sofrimento para uma vida eterna, no paraíso, aguardando, sob um sono profundo, o julgamento final, segundo CAPUTO (2008, p. 75), é devido a essa crença que os cristãos, há muito tempo, enterram seus mortos.

A morte na Idade Média: domesticada

O ocidente tem suas bases alicerçadas no pensamento grego, no judaísmo e no cristianismo, estas religiões que influenciaram no modo de vida, no pensamento e no trato dado aos mortos pelo Ocidente. Segundo Ariès, a morte na Idade Média era “domesticada”, morria-se em casa, sob os cuidados da família, neste momento existia certa intimidade entre o morrer e o cotidiano da sociedade ocidental, a morte era encarada como algo natural da vida. “Apenas” a morte repentina causara medo naquela sociedade, pois, segundo Ariès (1975, P.



16) este tipo de morte significava “castigo de Deus”, era vergonhoso morrer desta forma (CAPUTO, 2008, P. 76).

Nesta fase de desenvolvimento da humanidade, não havia a necessidade de dar-se aos defuntos uma morada perpetua individual, os mortos eram enterrados apenas com os sudários em grandes valas coletivas. Os cemitérios e as igrejas se confundiam, já que os sepultamentos eram feitos em seu interior, quando se tratava de pessoas influentes na sociedade, ou representantes da igreja, ou eram enterrados no seu pátio, se fosse uma pessoa abastarda de posses (CAPUTO, 2008, p. 76).

Os defuntos eram enterrados somente com os sudários (sem caixão) em grandes valas, nas quais eram depositados vários cadáveres, nesta época não se tinha a necessidade de um túmulo próprio para o morto, o qual seria sua propriedade perpétua. O cemitério e a igreja se confundiam, uma vez que os mortos eram enterrados tanto no interior das igrejas (ricos) quanto no seu pátio (pobres). Está prática está ligada à ideia de que uma vez enterrados perto dos santos e mártires estes guardariam os mortos enterrados ao seu derredor protegendo-os do inferno. É importante salientar que embora a igreja e o cemitério estivessem interligados, ambos não deixaram de ser lugares públicos, nos quais ocorriam encontros e reuniões, de forma que vivos e mortos conviviam em locais comuns.

A morte na Idade Média: a incerteza do “passamento”

Na segunda metade da Idade Média, a partir do século XII, passa a reinar na mentalidade da época a incerteza, neste momento cabia à Igreja intermediar o “passamento” da alma ao céu. A condução da alma para o julgamento final será feito pela igreja, tal julgamento agora será feito no momento da morte, não mais no final dos tempos.

O resulta deste poderia ser a condução até o inferno, no sofrimento eterno, ou a subida ao céu, na alegria eterna ao lado de Deus, tudo isto dependeria do comportamento do ser antes da morte, suas ultimas atitudes revelaria qual será o destino dado ao moribundo. O moribundo poderia arrepender-se nos últimos momentos de sua vida. como nos coloca Ariès “Sente-se que a confiança primordial está alterada: o povo de Deus está menos seguro da misericórdia



divina, e aumenta o receio de ser abandonado para sempre ao poder de Satanás” (ARIÈS, 1975, p. 163).

Na Idade Média não é permitido a perda do controle perante a morte, já na se pode chorar pelos mortos, passa-se a ocultar o corpo, ele se torna insuportável, durante séculos passará oculto da nossa sociedade, colocado dentro de uma caixa sob um monumento, de forma que não é mais visto.

A morte na Idade Moderna

Na modernidade as atitudes do homem perante a morte, mais uma vez vai alterar-se, esta passa a ser romantizada e o homem desta época torna-se agradável com a ideia da morte. O homem passa a ser arrancado da sua vida quotidiana, jogado em um mundo irracional, cruel e violento. Neste momento passa-se a prevalecer surgir a necessidade de tirar os sepultamentos de dentro das igrejas e criar um local adequado para tal pratica, surge então a ideia de construção dos primeiros cemitérios nos países Europeus e as igrejas deixaram de ser o local dos sepultamentos.

Os primeiros cemitérios foram construídos a margem das cidade, por orientação médica, já não podia-se conviver mortos e vivos no mesmo ambiente, passa a existir uma dicotomia entre mortos e vivos. Os sepulcros passam a ser individualizados e deixa de ser anônimos.

Ariès (1975, p. 48) fala do um novo significado para o luto. Ocorre que passa a existir uma exagero “a partir do século XIX o luto é ressignificado e passa a ocorrer um exagero do mesmo o que “quer dizer que os sobreviventes aceitam a morte do próximo mais dificilmente do que noutros tempos. “A morte temida não é, por conseguinte, a morte de si mesmo, mas a morte do próximo, a morte do outro”.

No século XX, a morte deixa de familiar e passa a ser terceirizada, quero dizer que “passa a ser um objeto interdito” (CAPUTO, 2008, p. 77), assim como assevera Ariès (1975, p. 17), há uma transferência do local da morte, deixa-se de morrer em casa, agora morre-se sozinho no hospital sozinho.



O advento cemitérial em Portugal

Em Portugal, assim como nas outras partes do Ocidente, apesar das pestes, das epidemias e insalubridades, não havia uma separação física e/ou geográfica que delimitasse o local dos vivos e dos mortos, somente no século XVIII este panorama muda drasticamente. O convívio entre vivos e mortos entra na pauta de discussão, argumentava-se que era intolerável a coabitação de ambos no mesmo espaço. Portugal e alguns países da Europa, como França, Inglaterra, passaram, nos séculos XVII e XVIII por um processo de urbanização que modificou a organização e distribuição populacional daquele país, entretanto, nem só esta reorganização urbana foi responsável pelo advento dos cemitérios lusos, como nos coloca Almeida.

Entretanto além destas questões outro fator condicionador de mudanças no tocante ao lugar dos mortos, foi a disseminação do pensamento iluminista que eclodiu no século XVIII, tendo seu ápice na evolução dos eventos que culminaram na Revolução Francesa. (ALMEIDA, 2007, p. 1)

Até meados do século XIX, as igrejas portuguesas confundiam-se com os cemitérios, a pressão internacional acerca da construção destes espaços destinados ao sepultamento dos mortos ainda não caíra sobre os ombros do rei Português. A construção destes espaços estava condicionada a existência de uma capela ou igreja, pois a morte e estava diretamente ligada a igreja.

A construção dos cemitérios em Portugal estava condicionada a algum surto de epidemias, a guerra assim exigia-se a construção de um espaço temporário para abrigar a mortandade, mesmo nestes casos necessitava-se está ligado à algum monumento religioso para assegurar a sacralidade do local, como mostra ALMEIDA (2007, P. 3): “Em situações de emergência, como epidemias, guerras, crises geradoras de mortandade excessiva, construía-se cemitérios provisórios. Estes, geralmente, eram alocados junto a colinas, próximos às capelas ou em locais isolados, sendo abandonados após uso emergencial. Eram retomados mediante novo susto.”

Acredita-se que a cólera tenha sido a principal responsável pela construção de cemitérios em Portugal, as epidemias decorrentes desta doença foram mais convincentes que



as ideias iluministas neste sentido. Nos anos de 1833 e 1855 houve epidemias que devastaram aquele país, reforçando os discursos médicos e higienistas ganharam maior respaldo, pressionando o rei a construir cemitérios fora dos espaços das igrejas e afastados da cidade.

Volta à Idade Média: os “animados cemitérios” lusos

Os cemitérios já foram um bom lugar para namorar, jogar bola, dançar, comer, beber e fazer compras, parece nada higiênico, certo? Concordamos que de fato isso não seja nada higiênico. Entretanto, a agitada vida nos cemitérios chegou a tal ponto de efervescência que a igreja necessitou legislar sobre o uso deste espaço.

Vemos recentemente um movimento que leva novamente as pessoas a quererem conhecer estes tais espaços. Temos em Portugal um expoente nesse sentido, pois os cemitérios portugueses apresentam características singulares face aos demais cemitérios daquela região. Ainda fora dos espaços da igreja, que seria um atrativo a mais, eles eram administrados pelas mãos da igreja católica. Os cemitérios oitocentistas portugueses possuem capelas, espaços privativos dirigidos pelas ordens religiosas, foi uma forma para acatar o aceitação da população, que não queria que o cemitério perdesse a sacralização possuía até então, acredita-se que a partir destas “adaptações” religiosas tenha levado novamente as pessoas a estes espaços que a muito estavam distantes.

Entre os cemitérios portugueses, destacam-se o Cemitério de Agramonte, que fica localizado na cidade do Porto, e o Cemitério da Conchada, que está localizado na cidade de Coimbra, estes estão sendo “invadidos” por turistas nos últimos anos. Por isto, estes já aparecem até em sites de viagens, como o Tripadvisor, e possuem centenas de comentários e classificações positivas. Com o aumento de deste tipo de turismo percebe-se que o governo Português tem investindo na preservação dos cemitérios no país, e isto tem dado bons resultados, no verão, o cemitério dos Prazeres, no Porto, recebe em média 300 visitantes por dia no verão, na baixa temporada este numero cai para 100.



Entre as atrações destaca-se o turismo cemitérial, concertos de músicas clássicas e turismo negro.

Em Évora em Alentejo, em Portugal, está localizada a capela conhecida como capela dos ossos, na entrada encontra-se a seguinte frase: nos ossos que aqui estamos pelos vossos esperamos. Esta capela situa-se como turismo cemitérial, pois, como o próprio nome sugere, foi construída com ossos do clérigo que se encontrava na igreja de São Francisco. Para a construção desta capela, foi utilizado ossos de cerca de cinco mil monges. A decisão de construir esta capela com os restos mortais dos monges se deu devido a necessidade de se aproveitar o espaço que estes ocupava.

É necessário destacar que este tipo de turismo não é recente, mesmo no período Romântico, quando se inicia a ornamentação dos túmulos, já existia guias explicativos fúnebres.

CONCLUSÃO

Em virtude do que foi apresentado, somos levados a acreditar que o trato e a sensibilidade acerca morte sofreram grandes rupturas, e mantiveram algumas continuidades, como nos alertam alguns autores que estudam a morte e suas relações. Estes nos dizem para que fiquemos atentos, pois, estas tendem a se transformarem profundamente ao longo dos tempos ainda que leve muito. Levando em consideração tais aspectos, percebe-se ainda que se tenha tentado afastar-se do convívio com o moribundo e com o morto, estamos sendo trazidos, novamente para o convívio com estes, claro que agora com outro intuito e de forma mais higiênica que em outros tempos.

Desta forma, percebe-se que morte está relacionada diretamente com o modo em que as sociedades se organizam. E que esta organização influencia diretamente o trato que o defunto irá receber. Por isso, existem vários autores que dizem que se quisermos conhecer melhor a história de um povo, o ideal seria começando visitando o cemitério destes.

REFERÊNCIAS



ALMEIDA, Marcelina das Graças de. Morte, Cultura, Memória – Múltiplas Interseções: Uma interpretação acerca dos cemitérios oitocentistas situados nas cidades do Porto e Belo Horizonte. **Tese (Doutorado em História)** – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/viewFile/564/422>> Acesso em 19/03/2016.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente: da idade média aos nossos dias**. Francisco Alves. Rio de Janeiro, 1975.

CAPUTO, Rodrigo Feliciano. O homem e suas representações sobre a morte e o morrer: um percurso histórico. **Revista multidisciplinar da UNIESP. SABER ACADÊMICO** - n ° 06 - Dez. 2008/ ISSN 1980-5950.

CARVALHO, Hugo Pereira de. **A inclusão do cemitério no espaço da cidade**. Lisboa, FAUTL, Janeiro, 2012.

GARCIA, Susana. **Urbanização e saúde na transição entre o período medieval e o moderno em Portugal**: uma avaliação de indicadores de morbidade e mortalidade de restos esqueléticos de diferentes cemitérios portugueses. Outubro, 2014. Disponível em: <<http://capp.iscsp.ulisboa.pt/projectos/projectos-em-curso/sociedade-comunicacao-e-cultura/ambiente-desenvolvimento-humano-e-comunidades-habitaveis/urbanizacao-e-saude-na-transicao-entre-o-periodo-medieval-e-o-moderno-em-portugal>> acesso em 19/03/2016.

Viajem fantástica. Disponível em: <<http://viagemfantastica.com/capela-ossos-evora/>> Acesso em 20/03/2016.

Mania de história. Disponível em: <<https://maniadehistoria.wordpress.com/os-cemiterios-medievais/>> Acesso em 20/03/2016.

Jornal i. Disponível em: <http://www.ionline.pt/479878> acesso em 19/03/2016.



A LACERAÇÃO DAS HERMENÊUTICAS RELIGIOSAS CAUSADA PELA TEORIA DOS ANTIGOS ASTRONAUTAS

Tiago Brito da SILVA¹⁰
Franciele Monique Scopetc SANTOS¹¹

EIXO TEMÁTICO: Sociabilidade, Religiosidade e Ensino

1. INTRODUÇÃO

Habituo-nos às visões históricas que lemos nas obras habitualmente difundidas, mesmo havendo nestas, vários pontos sem explicação ou com questionável legitimidade ou veracidade. Quanto à isso podemos citar prontamente vários exemplos, como a famigerada “descoberta da América”, que pode ser facilmente questionada mesmo por pessoas com senso comum sobre o assunto, pois como é que pode se dar uma descoberta se no referido continente já havia habitantes que ali se estabeleceram há muito tempo e que já tinham aprendido como lidar com o cultivo da terra, com a fauna local, e já possuíam sua cultura e sua língua.

E a lista de exemplos poderia facilmente se estender, pois são muitos os momentos e circunstâncias históricas nas quais percebemos que há uma “história monopolizada” que é contada oficialmente, ao passo que qualquer outra versão da mesma história é prontamente estigmatizada e lançada ao descrédito. O que condiz com Jenkins (2004), que faz notar o liame que há entre poder (sentido político) e os discursos históricos. Portanto, certas formas com que determinadas visões históricas são apresentadas, apazem à alguns indivíduos que estão no poder.

Isso tudo se encena no grande palco que é a História, pois apesar de haver comprometimento com um método sério de investigação científica, assim como na sociologia,

¹⁰ Graduando do Curso de Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão UFMA, Codó. E-mail: tiagomozart@hotmail.com

¹¹ Doutora em Educação Escolar, Docente do Curso de Pedagogia – UFMA, Codó. E-mail: franciele.scopetc@ufma.br



“o cientista social está sempre fadado a explicações parciais e com algum nível de orientação pessoal e ideológica” (HOLANDA; MONTOVANI, 2009, p.116), assim também, o trabalho de um historiador ou uma visão histórica, não tem o poder de narrar a História de forma que nada lhe falte, ou que não tenha nada nela que não possa ser desmentido. Neste campo do conhecimento por vezes observamos um certo congelamento, unificação e padronização. Com relação à isso, tendo em vista o paradigma pós-moderno da História, **Ciro Flamarion Cardoso** (1942-2013) coloca:

“[...] os pretensos centros (entenda-se: lugares de onde se fala) a partir dos quais se afirmariam as diversas posturas diante da mesma não são legítimos ou naturais, mas sim ficções arbitrárias e passageiras, articuladoras de interesses que não são universais: são sempre particulares, relativos a grupos restritos e socialmente hierarquizados de poder (em outras palavras: não há História; há histórias “de” e “para” os grupos em questão)” (CARDOSO, 1997, p.15).

Apresentar uma nova explicação que nos impele a enxergar um campo inteiro do conhecimento sob uma nova ótica, desprezando a concepção atual convencionalizada pela maioria, é muitas vezes ganhar um atestado de loucura. O campo a ser tratado aqui é a religiosidade e a nova ótica que propomos à observação é a teoria dos antigos astronautas.

O objetivo deste artigo é de trazer à discussão – e até mesmo ao conhecimento – essa teoria, em contraponto com as explicações históricas convencionalizadas acerca das especificidades de determinados contextos que mencionaremos mais à frente, notadamente, como já é colocado no título do artigo, focaremos no aspecto religioso alcançado pela mesma teoria. E acreditamos que o objetivo perfaz a principal importância deste escrito, pois traz uma visão alternativa para os fatos, é algo diferenciado, e cujo tema abordado contém uma literatura ainda limitada.

2. DISCURSÃO TEÓRICA

Apesar de haver princípios e questionamentos anteriores, a teoria dos antigos astronautas ganhou popularização, e o que podemos afirmar também, uma melhor estruturação em 1968 com lançamento do livro de **Erich Von Däniken** (1935-): “Eram os deuses astronautas?”. Na obra o autor teoriza sobre a possibilidade de seres extraterrestres



terem auxiliado ou moldado em definitivo várias civilizações antigas. O livro traz várias perguntas cujo o objetivo, podemos dizer, que é de minar a História tal como a conhecemos, inserindo as possibilidades geradas pelas conclusões as quais chegou após suas pesquisas. *Eram os deuses astronautas* é um marco e também o primeiro passo para a teoria dos antigos astronautas.

Este pensamento abala todas as estruturas já concebidas para explicação histórica de civilizações antigas e mesmo mais modernas, supondo que desde a mais remota civilização humana a pisar sobre este planeta, temos recebido visitas e influências de seres extraterrestres possuidores de uma inteligência e tecnologia mais avançadas, Däniken (2001). E além disso, afeta as concepções atuais que temos sobre as diversas mitologias dos povos antigos, uma vez que não seria que “O mito pretendia narrar como as coisas eram ou tinham sido no passado imemorial, longínquo e fabuloso, voltando-se para o que era antes que tudo existisse tal como existe no presente” (CHAUI, 2010, p.32), mas uma narrativa fiel dos acontecimentos, lançando mão de conhecimentos que cada sociedade possuía. Como por exemplo: uma carruagem de fogo no céu que arrebatava um profeta – profeta Elias, como pode ser conferido na Bíblia, no segundo livro de Reis, capítulo 2, versículo 11 – seria nada mais que uma explicação por meio de imagens contemporâneas à um determinado povo, de uma nave espacial que abduziu um indivíduo.

Posteriormente à Däniken, um autor que juntamente com este último ajudou a popularizar a teoria, foi Zecharia Sitchin (1920-2010). “Estudou na London School of Economics and Political Science, se licenciando na Universidade de Londres, onde se especializou em história econômica, é um dos escassos eruditos que leem e entendem o sumério” (SITCHIN, 1976, p.2 - tradução do original feita pelo autor deste trabalho). “É profundo conhecedor da história e arqueologia do Oriente Próximo, além de dominar línguas antigas como o sumério antigo e o acadiano” (CUPERSCHMID, 2013, p.7).

Apontamos que a diferença de “versão” da teoria dos antigos astronautas entre esse autor e Däniken se deve ao ponto de partida para suas pesquisas (e aqui já começa a ficar mais evidente o contorno religioso abarcado pela teoria), que não foi uma busca por evidências de



que alienígenas nos visitaram no passado, mas uma acareação a respeito da tradução “gigantes” para o termo em língua original hebraica, “Nefilim”, que significa “aqueles que desceram”, encontrada no sexto capítulo do Livro de Gênesis do Antigo Testamento da Bíblia: “. Com efeito ele vai creditar certos elementos que permeiam a cultura suméria, como os “Anunnaki” (que intrigantemente significa o mesmo que Nefilim, ou seja, aqueles que desceram), à algo que remete explicitamente a extraterrestres.

É amplamente discutido que uma vez comprovada a teoria, as religiões sofreriam um tremendo abalo, por isso percebe-se os posicionamentos contrários à teoria dos antigos astronautas por parte de clérigos, sacerdotes, fiéis dessas instituições, embora também haja curiosa aproximação, por exemplo, da Igreja Católica Apostólica Romana com a temática de vida fora da Terra, notada pelo esforço de manter o observatório astronômico do Vaticano, e de recentemente ter ajudado a promover o seminário: “Busca por vida além do Sistema Solar – Exoplanetas, Bioassinaturas e Instrumentos”, que ocorreu em março de 2014 nos Estados Unidos da América. Essas atitudes tomadas por esta igreja que no passado tanto perseguiu e condenou cientistas, nos leva a entender que se trata de uma estratégia, pois ao se mostrar aberta à possibilidade de vida extraterrestre, uma vez comprovada a existência desses seres, causaria menos impacto em seus fiéis. Todavia, a visita desses seres no passado, não abalaria menos a Igreja Cristã, visto que o próprio Jesus Cristo também poderia ser um alienígena.

Também notáveis são as aproximações de alguns intelectuais, de dentro de instituições religiosas, em relação à temática de vida fora do planeta. Como é o exemplo do reverendo Barry H. Downing (1938-), que é um ministro presbiterano, Ph.D. pela Universidade de Edimburgo, e é um dos que propõem a teoria dos antigos astronautas. O que se faz notar em Downing (1998), é que em uma última análise, a bíblia é uma grande narração de eventos com *objetos voadores não identificados* (Ovnis).

Nas Mitologias sempre há pontos intrigantemente comuns, como o de quase todas partirem de uma revelação divina, de alguém ou algo que “desceu dos céus”, e esses descidos dos céus sempre são capazes de coisas extraordinárias, e também o ponto de que em certo momento os “deuses” estavam entre nós, depois de descer dos céus e ensinaram sobre



diversos assuntos, e depois não estavam mais entre nós pois subiram ou retornaram aos céus. Atitude correspondente à o que seria lógico para viajantes do espaço: virem, “civilizarem”, e depois retornarem.

Em instância máxima, esse pensamento permite a interpretação de que os deuses que cada cultura adorava ou adora são nada mais que alienígenas, que foram antigos astronautas ao visitar nosso planeta. E ao se apresentarem a povos com estruturas tão rudimentares, sendo esses astronautas possuidores de tecnologias inúmeras vezes mais avançadas, passaram a ser adorados e reverenciados como divinos, levando à uma compreensão sobrenatural deles posteriormente até alicerçada pela metafísica.

Como meio para provar, os teóricos dos antigos astronautas, exploram amplamente por primeiro: análises de engenharia de monumentos e construções megalíticas de diversas civilizações, como por exemplo, as linhas de Nazca, os moais da ilha de Páscoa, e uma das sete maravilhas do mundo antigo, a grande pirâmide de Quéops, no Egito. Apontando a impossibilidade de tais construções serem realizadas com ferramentas tão rudimentares, como propõe a atual explicação da História embasada na arqueologia convencional. E em segundo, estudos de literaturas antigas, e representações nas artes, desde as pinturas rupestres, à misteriosos sinais em obras renascentistas, em que aparecem representações do que hoje seríamos capazes de identificar como sondas e naves espaciais.

Findamos este artigo fazendo a proposta de reflexão sobre todo o exposto acima. Não somos teóricos dos antigos astronautas, nem o nosso objetivo foi fazer com que as pessoas que tenham acesso a esse escrito passem a acreditar na teoria. Contudo, o tema se mostra deveras relevante, principalmente para debates no campo da Teoria da História – trazendo todas essas questões de visões e discursos históricos, fontes, legitimidade, e interesses políticos na mesma –, da ciência, da arqueologia e da religião – a ruptura com estas, e talvez a total dissolução das mesmas se a teoria dos antigos astronautas vier a ser comprovada.

3. METODOLOGIA

Este artigo orientou-se por uma pesquisa bibliográfica qualitativa, relacionando fontes que asseveram o debate no campo da História e da Astronomia.



REFERÊNCIAS

CHAUI, Marilena. **Iniciação à filosofia**. São Paulo: Ática, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion; Introdução história e paradigmas rivais. In: _____; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CUPERSCHMID, Ethel Mizrahy. Abraão multicultural. **Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG**, [S.l.], v. 7, n. 13, p. 68-83, out. 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/maaravi/article/view/5436/4853>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

DÄNIKEN, Erich Von. **Eram os deuses astronautas?** São Paulo: Melhoramento, 2001.

DOWNING, Barry. **The bible and flying saucers**. New York: Marlowe & company, 1998.

HOLANDA, Buarque de; MONTOVANI, Taís. Sociologia, módulo 2 O que são ciências sociais? In: _____; _____; PRATES, Catharina. **Coleção vestibular: Filosofia e Sociologia**. Rio de Janeiro: Gráfica GPI, 2009.

JENKINS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2004.

SITCHIN, Zecharia. **El 12º planeta: el primer libro de “crónicas de la tierra”**. [S.l.] Eleven, 1976. Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/40387108/1-12_planeta.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1486167893&Signature=mG%2FOrTMc7sNHVB8yrDi7CHCtu8k%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3Dla_tierra_es_plana.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2017.



A IMPORTÂNCIA E A INFLUÊNCIA DA ESCOLÁSTICA NO ENSINO SUPERIOR CONTEMPORÂNEO

Tiago Brito da SILVA¹²
Franciele Monique Scopetc dos SANTOS¹³

EIXO TEMÁTICO: Sociabilidade, Religiosidade e Ensino

1. INTRODUÇÃO

É relevante a notoriedade da escolástica ao se fazer estudos em áreas como História e Filosofia, na primeira, a escolástica é estudada como um dos pontos mais marcantes da Idade Média e na segunda, consiste em um período em que surgiu interessantes ideias, principalmente no campo da filosofia da linguagem, que hoje integram o imenso escopo filosófico. No entanto, a importância da influência da escolástica pode ser questionável e problematizada por parte de alguns historiadores da educação (CAMBI, 1999).

Quanto ao objetivo da discussão deste artigo, acreditamos ser acessível à uma considerável parte dos que compõem não só as universidades, mas os demais centros de educação, desde discentes e docentes à funcionários administrativos. Pois transcende à ideia de discussão teórica e afeta, para além do modo como se organiza, a forma como vemos a universidade. Dizemos afeta, por considerarmos que os indivíduos estudam e/ou trabalham de forma diferente dependendo da linha ideológica que norteia a instituição em específico onde trabalham/estudam. Partindo desta concatenação de ideias, imaginamos que muitos indivíduos podem interpelar sobre como um método medieval pode ter espaço nessas instituições.

Uma forma de se notar a relevância da escolástica, seja tratando da educação ou não, é fazendo uma rápida busca com os termos “escolástica”, “escolástica idade média” ou “escolástica ensino”, em buscadores como o Google Acadêmico

¹² Graduando do Curso de Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão UFMA, Codó. E-mail: tiagomozart@hotmail.com

¹³ Doutora em Educação Escolar, Docente do Curso de Pedagogia – UFMA, Codó. E-mail: franciele.scopetc@ufma.br



(<https://scholar.google.com.br/>) e o portal de periódicos da CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>). Adiantamos que é grande a quantidade de obras que tratam sobre o termo buscado, e ao contrário do que poderia se pensar, não são todas estas fontes antigas. Pesquisando no Google Acadêmico o termo “escolástica ensino” com a opção seletora “desde 2017”, ver-se-á que apenas nos dois primeiros meses deste ano, já foram escritos uma quantidade razoável de trabalhos que tratam sobre o tema, seja em enfoque principal, seja de passagem.

Discorrendo então, sobre como a escolástica se faz presente no meio acadêmico contemporâneo, dialogamos com Claudio Pedrosa Nunes, onde fazendo referência ao modelo de ensino da escolástica, baseado em quatro etapas fundamentais, a *lectio, quaestio, disputatio e determinatio*, coloca: “Faz-se referência à especial relevância que tal método de ensino ostenta mesmo na contemporaneidade, com inegável proveito no ensino jurídico, sendo improvável sua superação quando confrontado com outros modelos educativos” (NUNES, 2016, p.51), e expandimos o apontamento de campo, para também o campo da educação. Pois o legado da mesma nos permeia de tal forma que não levamos em consideração e esquecemos sua origem. As heranças da escolástica no ensino superior contemporâneo apresentaremos mais a frente neste artigo.

2. DISCURSÃO TEÓRICA

Decorrente da organização do ensino feita por Carlos Magno no período do Renascimento Carolíngio, a escolástica surge como “pensamento cristão da Idade Média baseado na tentativa de conciliação entre fé e razão” (HOUAISS, 2011, p.377). Estabelecendo uma linha contrapontual com elementos diversos da Patrística, corrente de pensamento que vigorou até aproximadamente o século XI, pelo fato desta última priorizar a fé sobre a razão, ao passo que a escolástica aponta que a razão ajuda a alicerçar a fé. Em São Tomás de Aquino, renomado autor da escolástica, vemos um aristotelismo, justamente por se buscar conceitos racionais para embasar o pensamento teológico. Em sua Teoria do Conhecimento, que propõe que o conhecimento é um processo da natureza humana e não fruto de um mundo



das ideias como pensava Platão, aqui se encontra mais uma diferença: Santo Agostinho, influente autor da Patrística se baseava em Platão, e São Tomás de Aquino em Aristóteles.

Fazemos notar a seguir importância deste período em diversas áreas como por exemplo: para a música, com o surgimento da notação musical e o canto gregoriano, que foi marco de início da música ocidental; para a arte e arquitetura, com as catedrais góticas; e para a filosofia e teologia, com nomes como Albertus Magnus, John Duns Scotus, Guilherme de Ockham e São Tomás de Aquino, este último em maior destaque tanto na época e ainda em nossos dias sendo citado por intelectuais de respaldo como Mortimer John Adler e Charles Van Doren no livro “Como ler livros” e pelo nada menos respaldado Joseph Ratzinger, o papa Bento XVI, que versou uma audiência geral no Vaticano em 28 de outubro de 2009 sobre teologia monástica e teologia escolástica.

Partindo desse prelúdio agora se poderá compreender melhor a importância e a influência da escolástica na educação e no ensino superior atual.

Embora a primeira formulação de currículo seja atribuída à Santo Agostinho, anterior à escolástica, e deste autor já ter começado a abordar a temática do ensino especialmente em sua obra *De Magistro*, foi na escolástica que tivemos uma circunstancial estruturação de currículo, o *Trivium* e o *Quadrivium*; o apoio à educação, apesar de ser com a ideia de uma pedagogia à serviço da fé. É importante observarmos que todas essas conquistas e formulações intelectuais aconteceram no seio da Igreja Católica, e justamente por isso a Idade Média vira alvo de crítica, todavia, dever-se-á considerar que esse trabalho intelectual teve como berço a Igreja, por ter sido essa a instituição que se manteve como um porto seguro em meio ao esfacelamento do Império Romano.

Para São Tomás de Aquino a educação é o processo de elevação ou ascense da alma, sendo que esta ascense só aconteceria no processo formal de aquisição do conhecimento. O conhecimento entendido como, processo de educação superior, perdurou muitos séculos na educação monástica. Sendo a mesma, a base para o desenvolvimento, ainda no período medieval, das primeiras universidades.



Ao passo que a tradição universitária, iniciada no seio da escolástica, perfaz a formação do *Trivium* como processo inicial de ingresso à uma educação superior, já no tocante ao *Quadrivium* podemos afirmar que o processo de segmentação curricular, de formatação disciplinar ainda hoje é herança profícua deste período histórico.

Não obstante, a organização do currículo do ensino superior na atualidade é abissalmente diferente do currículo monástico e erudito do *Quadrivium*, porém o que nos chama atenção e problematiza esta influência é a significativa contribuição à lógica proposicional, sobretudo no campo da filosofia da linguagem, e ainda mais, a forma ainda semelhante de organização curricular compartimentada em sequências disciplinares, as quais requerem ascendência de níveis de ensino a partir da complementação curricular expressa por uma matriz estruturada na aquisição contínua e gradual do conhecimento.

Atualmente, as sequências curriculares como assevera Cambi (1999) são oriundas de uma ideia de projeção e acúmulo, horizonte o qual é foco do desenvolvimento da *Lectio* e da *Disputatio*, premissas fundamentais da organização curricular do *Quadrivium*. A *Lectio* é o processo de assimilação a partir da exposição do mestre, enquanto a *Disputatio* é o processo de arguição do mestre para com seus discípulos no intuito de testar, verificar, avaliar o conhecimento adquirido.

Oliveria assevera que as: "escolas medievais erigiram suas fundamentações teóricas, pôde legitimar, sob diferentes modos - já que os momentos históricos foram distintos – a construção mental do homem medieval no Ocidente e, a partir do século XIII, tornar-se, também, no método de ensino universitário" (OLIVEIRA, 2013, p.39).

Escolástica, mais do que um método de ensino baseado na *disputatio* ou de uma forma de leitura, é a maneira que os homens medievais encontraram para realizar suas ações. Não se trata apenas de uma forma específica que os ‘letrados’, os ‘intelectuais’, os ‘teólogos’, encontraram para evidenciar a vida, as relações humanas e praticarem as ciências e, especialmente, a filosofia.



Este processo se fundamenta no amplo desenvolvimento da argumentação e desemboca em correntes contemporâneas da Nova Retórica (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996) e da Lógica proposicional. As quais mediante a influência e desenvolvimento no período histórico por nós destacado, ainda são essências para o processo de ensino-aprendizagem, sobretudo, na educação superior. Enfim, podemos afirmar que há pontos de interlocução com os métodos promovidos pela escolástica, no que concerne à organização e disciplinarização dos conteúdos, que podem ser visualizados na contemporaneidade, ou seja, na educação superior do século XXI.

3. METODOLOGIA

Nossa pesquisa se orientou pelo mote qualitativo de cunho bibliográfico, com intuito de levantar questões de comparação de aspectos específicos da historiografia da escolástica e, sobretudo, denotar os resquícios e influências da mesma no ensino superior na atualidade.

REFERÊNCIAS

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

HOUAISS. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio Janeiro: Objetiva, 2011.

NUNES, Claudio Pedrosa. A Importância do Método Escolástico-Tomista de Ensino para o Desenvolvimento da Formação Universitária. **Conpedi Law Review**, [S.l.], v. 1, n. 13, p. 51-66, jun. 2016. Disponível em: <<http://www.portaltutor.com/index.php/conpedireview/article/view/174>>. Acesso em: 04 fev. 2017.

OLIVEIRA, Terezinha. A Escolástica como Filosofia e Método de Ensino na Universidade Medieval: uma reflexão sobre o Mestre Tomás de Aquino. **Notandum**, 32 maio-ago 2013. CEMOrOC-Feusp/IJI-Universidade do Porto. Disponível em: <http://www.hottopos.com/notand32/03terezinha.pdf>. Acesso em: 04 de jan 2017.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: A Nova Retórica**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996.



SABORES E SABEDORIAS DO SAGRADO: A UTILIZAÇÃO DO AZEITE DE DENDÊ NOS RITUAIS DE RELIGIÃO DE MATRIZ AFRICANA*

Romário Chaves OLIVEIRA¹⁴
Liliane Faria Corrêa PINTO¹⁵

EIXO TEMÁTICO: Sociabilidade, Religiosidade e Ensino

RESUMO

O presente trabalho consiste em analisar o sagrado e o profano na utilização do azeite de dendê¹⁶ destacando um pouco da historicidade deste, bem como seus usos na culinária sagrada dos rituais de religião de matriz africana. Quando o sentido é dado a determinado alimento, os modos de fazer adquirem significados diferentes. Para tanto, lançou-se mão do pensamento de Mircea Eliade à respeito das categorias Sagrado e Profano como elementos norteadores para essa análise no sentido de ratificar o importância dessa iguaria como uma alimentação cosmicizada.

1. INTRODUÇÃO

Azeite dendê é a intitulação que comumente é denominado pelas pessoas, mas é conhecido também como óleo de palma. A sua relação com diversos pratos baianos como bobó de camarão ou acarajé¹⁷ deixa-o mais famoso ainda, pois essas iguarias fazem parte de culinária e tem grande notoriedade não só no Brasil como em outros países. Muitas pesquisas acontecem em torno do azeite de palma com destaque para os cursos na área da alimentação cujos pesquisadores analisam-no por outro viés que objetivam não apenas do seu uso no

* Artigo apresentado à disciplina Tópicos Especiais da Pesquisa em História – História da Alimentação como requisito para obtenção de nota.

¹⁴ Graduando do 8º período do curso de Licenciatura em Ciências Humanas – História pela Universidade Federal do Maranhão.

¹⁵ Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão – UFMA/VII, Curso de Ciências Humanas/História.

¹⁶ O azeite de dendê, matéria-prima preponderante dos pratos da Bahia, é produto extraído de uma palmeira: o dendezeiro. Seus frutos, cocos não muito grandes, nascem negros e brilhantes e, quando maduros, alcançam uma coloração que varia do amarelo forte ao vermelho-rosado, passando por matizes de cor alaranjada e ferrugem. Nascem em meio a folhas espinhentas, formando cachos com cerca de mil a 3 mil frutos cada um. Por abundância, os cocos do dendezeiro acabam se comprimindo e se deformando, não tendo, por essa razão, um formato bem definido ou uniforme.

¹⁷ Conforme Curvelo (2010), é um preparo a base de feijão fradinho, cebola ralada e sal, sendo muito comercializado nas ruas da cidade de Salvador.



âmbito religioso, mas com finalidades de avaliar a qualidade do óleo, sua estrutura química e os seus efeitos em frituras entre outras finalidades.

Muitas pesquisas apontam que sua chegada ao Brasil aconteceu em paralelo ao tráfico transatlântico junto com outros alimentos. Além disso, no que se refere ao seu uso com valor alimentício se reporta ao Egito antigo, visto que lá já era utilizado como fonte de alimentação pelos egípcios.

Com a intensificação do tráfico no século XVII, ficaria mais fácil trazer da África as plantas conhecidas pelos negros que já faziam exigências por sua vegetação conhecida, tal como “os hibiscos, o quiabo, quingombô, gombô ... a vinagreira... quiaboda Angola, caruru da Guiné [todos tipos de quiabo]; as dioscoreáceas, inhame liso, inhame da Índia [todas variações de inhame] ... erva doce ... o gengibre amarel ... gergelim...” (RIBEIRO, 2002, p.03).

A relação entre o negro escravizado com determinados elementos da África como, por exemplo, a planta do óleo de palma que foi levado da África para o Brasil, não deixa dúvidas que a imersão do óleo na culinária africana, bem como nos rituais para entidades de matriz africana permitiram o surgimento de um leque de significados e sentidos que permeiam a cultura africana.

Neste ensaio não se pretende fazer um estudo aprofundado sobre os valores nutricionais, químicos ou econômicos do azeite de dendê, mas perceber a seu emprego em comidas na cozinha sagrada dos terreiros de santo, bem como o seu uso na iniciação das religiões de matrizes africanas. Reportando a essa questão, vale refletir sobre as categorias Sagrados e Profano e como se dar o processo de sacralização da cozinha ritualística e dos rituais através das significações e finalidades que o azeite pode ter dentro do espaço dos terreiros.

2. A utilização do azeite de dendê em comidas para orixás e nos rituais votivos.

A reflexão sobre o sagrado permite reconhecer, em paralelo, a importância de outro termo, o ritual. A intencionalidade com que o homem imagina determinados símbolos repetitivos ou pratica-os, caracteriza o termo ritual permitindo o homem passar de um espaço sem significados para um local cujos valores foram construídos ao longo do tempo e



preservado pelos ancestrais. Borres Guilousk (2012) e Diná Raquel D. Costa (2012) ilustram muito bem esse conceito:

Os rituais são cerimônias constituídas de gestos simbólicos repetitivos, carregados de intencionalidade. Podem ser religiosos e não-religiosos, e estão presentes em todas as culturas. Os rituais religiosos permitem aos adeptos nas diferentes tradições religiosas adentrar no mundo divino e pela fé trazê-lo à realidade humana. (GUILOUSK; COSTA, 2012, p. 91).

De acordo com as autoras supracitadas, o ritual pode apresentar duas características: o religioso e o não religioso. O ritual é composto por um conjunto de ritos. Quando se pensa os não religiosos, tem como exemplo um hasteamento de uma bandeira, caráter cívico, ou uma festa de aniversário, de caráter social e cultural. Assim, para as autoras, “Os rituais fazem parte do universo simbólico na organização das sociedades humanas, portanto da sua expressão cultural.” (GUILOUSK; COSTA, 2012, p. 94).

Nesses significados, cabe mencionar, para estabelecer um elo entre o ritual e alimentação, os dizeres de Eliade (1992, p.82) “Come-se ritualmente, e a alimentação é diversamente valorizada segundo as diferentes religiões e culturas: os alimentos são considerados sagrados, ou um dom da divindade, ou uma oferenda aos deuses”. A alimentação nessa perspectiva está intimamente ligada aos rituais sagrados.

Este mesmo pensamento, sobre a associação entre o ritual e a comida é compartilhado por Rafael Camaratta Santos (2014) que apresenta o preparo de uma comida para santo. Ele chama atenção para o modo de preparo e enfatiza que não deveria colocar o azeite de dendê, mas que houvesse a substituição por outro produto que fizesse o mesmo efeito:

No parágrafo seguinte, discorre acerca do ritual que denominou Inhame Novo relatando o tributo de homenagem a Oxalá, santo principal do Gontois: ‘logo em seguida sacrificam um caprino, que é cozido juntamente com o inhame, não sendo permitido o azeite-de-dendê, que é substituído por limoda-costa. Retirada do fogo a refeição é distribuída pelas pessoas presentes, que depois se retiram’. (SANTOS, 2014, p. 03).

Observando tal ritual, os modos de preparo de comidas nos rituais de matriz africana, dentro de uma ótica sacralizada, têm uma ordem cujo objetivo é atingir algo planejado por um pai de santo. Uma cozinheira de um restaurante pode substituir o azeite de dendê por outro alimento, o máximo que pode ocorrer é uma diferenciação no sabor. Mas uma mãe de santo



não pode utilizar um ingrediente diferente na comida para entidade, pois essa não terá mais o mesmo sentido. Com essa perspectiva Janaina Couvo Teixeira Maia de Aguiar (2012) esclarece:

É possível encontrarmos a presença constante de oferendas que são solicitadas, conflitos envolvendo a ausência das oferendas, entre outras situações em que a comida pode aplacar a ira dos orixás ou despertar a sua proteção. Uma das histórias conhecidas no universo sagrado do candomblé diz respeito à interdição do sal nas oferendas a oxalá. (AGUIAR, 2012, p. 161).

A autora fala o porquê da comida para orixá ocorrer a permutação do azeite de dendê por outro alimento ou até mesmo não colocar essa iguaria na alimentação para as entidades:

Assim, temos orixás “fun-fun”, orixás do branco, que só podem receber comidas brancas, ou seja, feitas com milho branco, sem dendê, outros que podem receber comidas feitas à base de dendê, com a presença do sal, que só podem receber oferendas preparadas com milho amarelo, inhame, feijão fradinho, que no preparo só pode ser utilizado o azeite doce [...] (AGUIAR, 2012, p. 167).

Na cozinha ritualística, o azeite de palma juntamente com outros elementos perfuma o espaço sagrado do preparo dos alimentos. Imbuídos de significados e sentidos o azeite de dendê ajuda a esconder “seus segredos e intenções, que serão elo entre terra e céu. Sendo assim todo e qualquer produto utilizado na preparação e elaboração de um prato terá significado ativo no mesmo” (BELTRAME; MARSAL, 2008, p. 246). Dessa forma o dendê está inserido como dito acima na ordem do sagrado.

Nas concepções e perspectivas do sagrado o modo de preparo de comidas que utilizam o azeite de Palma permite estabelecer um elo entre o homem e os deuses, em especial o seu Orixá. A refeição do Orixá que habita em uma pessoa possibilita passar o axé (energia) para o homem e reproduzir os gestos de suas entidades. Cada entidade exige um certa alimentação. “Cada invocação tem sua comida especial: Omolu alimenta-se de orobó e pipocas; Xangô de caruru, e assim por diante” (SANTOS, 2014, p.02). Vale mencionar que para que a troca de energia ocorra é necessário que o objetivo do homem esteja alinhado ao objetivo do Orixá.



É de conhecimento entre os praticantes de religião de matriz africana que Exu é uma entidade muito invocada nos terreiros para, entre outras coisas, trazer a prosperidade. O dinheiro que entra em muitas casas onde se cultua Exu é por conta das oferendas para esse Orixá. Entre essas oferendas há de se mencionar a farofa que em seu preparo utiliza o azeite dendê.

Dentro dessa esfera de conhecimento, Beltrame e Marsal (2008, p. 247) afirmam que, para Exu, essa alimentação “se dá através da mistura de farinha de mandioca grossa com azeite de dendê, em quantidades proporcionais”. Esses autores mencionam a farofa de dendê para outra entidade, Oxummaré. Conhecido por ser o Orixá de todos os movimentos, de todos os ciclos. Afirmam ainda que “Oxummaré é o eixo do mundo, os adeptos que almejam o equilíbrio se curvam a esse orixá ofertando- lhe uma rica farofa de dendê com ovos cozidos” (BELTRAME; MARSAL, 2008, p. 247).

Nanã, Senhora dos mistérios e reverenciadas por muitas mulheres do Candomblé não aceita o dendê. A comida dessa entidade é o Andaré que é um vatapá de feijão fradinho, mas sem o dendê. Sobre essa refeição os autores afirmam “o ritual não aparece no momento de oferecer a comida, mas no momento de prepará-la, pois aí se sente sua presença” (BELTRAME; MARSAL, 2008, p. 247).

Acompanhando a trajetória percorrida por estes autores pode-se identificar o quanto que as preparações estão imbricadas com a vida dos Orixás a quem são oferecidas e que a alimentação perpassa os valores nutricionais, une o homem e sua crença, aperfeiçoa aproximação e concretização daquilo que se quer.

Agora, para ilustrar a utilização do azeite de dendê em rituais votivos, isto é, rituais de iniciação dentro de uma religião e nesse caso, a de matriz africana, faz-se necessário desdobrar aqueles que são inerentes ao Terecô¹⁸. Para isso é interessante trazer para esse

¹⁸ Pelos estudos de Mundicarmo Ferretti o Terecô é a denominação dada à religião afro-brasileira tradicional de Codó – um das principais cidade maranhenses, localizada na zona do cerrado, na bacia do rio Itapecuru, a mais de 300 km, em linha reta, da capital. Além de muito difundido em outras cidades do interior e na capital maranhense, o Terecô é também encontrado em outros Estados, integrado ao Tambor de Mina ou à Umbanda. É também conhecido por “Encantaria de Barba Soêra” (ou Bárbara Soeira), por Tambor da Mata, ou simplesmente Mata (possivelmente em alusão à sua origem rural).



trabalho as pesquisas realizadas por Martina Ahlert (2013) que objetivou em seu trabalho *Cidade Relicário: uma etnografia sobre o Terecô, precisão e encantaria em Codó – Ma* perceber como a religião coloca diferentes seres em relação e permite o reforço constante dessas relações, evitando a solidão. Nesse trabalho a antropóloga apresenta um depoimento de uma mãe de santo sobre o uso em um ritual de iniciação.

Iracema me diz que faz como ela aprendeu. Que não sabe como é feito em outras tendas da cidade. Ali são nove dias dormindo no chão da tenda, um dia em que ela trabalha, pede para jejuar por três dias. Diz que a pessoa fica sempre acompanhada de alguém, porque pode ficar com medo já que os encantados “querem lhe visitar”. Nesse período a pessoa não pode comer arroz, nem porco, nem gado, só verdura (fala em tomate e em cheiro verde), dendê e farinha branca. (AHLERT, 2013, p. 110).

Mais além ela menciona o uso do azeite em outro ritual, não votivo, mas que ilustra a importância dessa iguaria para outras finalidades. No ritual que se segue a antropóloga participa de um trabalho¹⁹ em uma Tenda²⁰ de Terecô. Nesse trabalho é plausível perceber que o azeite está referenciado a ideia de mal.

Cada ‘tipo’ de pedido era colocado dentro de um recipiente diferente: em um alquidar havia farinha de mandioca – onde ficaram os pedidos bons; no outro, com farinha de mandioca e óleo de dendê, ficaram os pedidos para o mal. Os dois estavam dispostos dentro do quarto da pombagira, onde todos nós fomos esperar por sua chegada. (AHLERT, 2013, p.186).

Assim, o azeite de dendê utilizado dentro dos rituais do Terecô tem outras finalidades que não seja apenas relacionado a comidas. Mas o importante é que tudo que acontece em volta da cozinha deve estar em sintonia com o momento sagrado, mantendo um equilíbrio de todos no terreiro, para que os orixás recebam os presentes e possam retribuir com sua proteção ao terreiro e a todos os que estão participando do ritual.

Segundo BASTIDE (2001), “A cozinha é um espaço marcado por ritos”, que são seguidos por uma série de interdições e tabus em torno do preparo das comidas destinadas aos orixás. Existem os tabus relacionados a cada orixá em particular e aqueles relativos a rituais

¹⁹ Termo utilizado os rituais que invocam os orixás ou encantados.

²⁰ Idem.



específicos, que limitam por um determinado tempo algumas comidas, temperos e frutas ou mesmo excluem por definitivo da dieta alimentar do iniciado.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre esses fatos permitiu reconhecer a importância da categoria sagrado. Não se pretendeu nesse trabalho aprofundar nas questões da cozinha sagrada ou mesmo do azeite de dendê. Na natureza de justificar a estrutura intrínseca deste texto, ressaltou a historicidade dessa iguaria dentro dos terreiros de Candomblé e do Terecô de Codó – Ma. Essas religiões de matrizes africanas têm suas peculiaridades e não se diferem, em se tratando do uso do azeite de Palma. Acompanhando a trajetória percorrida neste trabalho, foi colocado à luz o contexto o qual está inserido o azeite de dendê nesses terreiros.

O conceito de ritual foi um desses contextos o qual permitiu estabelecer algumas diferenciações entre os rituais de cunho religioso e aqueles que não estão nessa ótica, os de cunho não religioso. Assim, os que fogem da ótica do sagrado são enquadrados como profano. Eliade (1992) ilustra isso muito bem quando ele afirma que o profano é tudo aquilo que escapa dessa lógica, e que em certo sentido não está no real nem no “cosmos”, e sim, ainda se encontra no “caos”, ou seja, fora da ação primordial dos deuses sobre a “coisa” conhecida pelo ser humano, portanto, podendo fazer parte do sagrado quando realizado o ritual ou ato de passagem – imitando os deuses – que possibilite inclui-lo no “cosmos”.

Outro ponto de suma importância para o entendimento do contexto no se encontra a iguaria refletida nesse trabalho foi a concepção da cozinha como um espaço sagrado. A contribuição de Eliade (1992) ratifica esse pensamento quando escreve que os seres humanos tende a sacralizar tudo o que existe, inclusive o espaço e o tempo como forma de inserir-se no “cosmos”. Essa busca incessante do ser humano de consagrar aos deuses suas vidas levou-os a organizarem o tempo de forma lógica para que através de festas realizadas periodicamente pudessem rememorar os feitos de in illo tempore e em relação ao espaço a construir templos, igrejas, etc.,. Como forma de consagrar aquele local aos deuses e por extensão sua cidade ou aldeia – chegando a sacralização de sua moradia – para poder estar inserido no centro do mundo ou “cosmos”.



Percebeu que o uso do óleo tem finalidades diferentes tanto dentro do Candomblé quanto do Terecô de Codó-MA. Assim para Candomblé, os orixás são os responsáveis pela forma como o azeite será usado nos rituais geralmente. A função deste é simbolizar as forças dos orixás representadas na alimentação. Essas forças serão transmitidas para as pessoas onde o orixá habita. Para o Terecô, os rituais que permitem o uso dessa iguaria estão relacionados à iniciação ou aos procedimentos preliminares que acontecem antes de um ritual propriamente dito.

O que torna o azeite de dendê especial é o modo pelo qual é utilizado na comida de santo e o objetivo que se quer alcançar com determinado uso. Ademais, essas comidas não podem ser oferecidas em qualquer recipiente. Para cada entidade existe um tipo de objeto em que se deve depositar o ajeum para ser entregue. Na maioria das vezes esses recipientes são feitos de materiais naturais, como barro, porcelana ou madeira. Isto também é determinado pelo orixá e suas qualidades.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Janaína Couvo Teixeira Maia de. **Os orixás, o imaginário e a comida no Candomblé**. Itabiana Gepialdde, ano 6, volume 11, jan-jun. Rio de Janeiro: 2012
- AHLERT, Martina. Cidade relicário: uma etnografia sobre terecô, precisão e Encantaria em Codó (Maranhão). 2013. **Tese (Doutorado em Antropologia Social)** - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- BASTIDE, Roger. **O Candomblé da Bahia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001
- BELTRAME, Idealdo Luiz; MORANDO, Marsal. **O sagrado na cultura gastronômica do Candomblé**. Saúde Coletiva, vol 5, num.26, jan-fev. São Paulo: 2008
- CURVELO, Fabiana Martins. Uma imersão no tabuleiro da baiana: o estudo do óleo de palma bruto (Elalis Guineensis) 2010. **Dissertação (Mestrado em alimentos, nutrição e saúde)** Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o Profano**. Martim Fontes. São Paulo: 1992
- FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha. **Encantaria de Barba Soeira: Codó, capital da magia negra?**. São Paulo: Siciliano, 2001
- GUILOUSKI, Borres; COSTA, Diná Raquel da. **Ritos e rituais**. Rio de Janeiro: 2012
- RIBEIRO, Pedro Henrique Mendes. **Comida e religiosidade: os cultos afro-brasileiros para a história da alimentação brasileira**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: 2002
- SANTOS, Rafael Camaratta. **Aááyé a Le Nbo: um estudo sobre a comensalidade em terreiro keto da Bahia**. Rio de Janeiro: 2014.



A ECONOMIA DO MARANHÃO NO PERÍODO IMPERIAL: O ALGODÃO COMO FATOR ECONÔMICO

Augusto Aluizio dos Reis SANTOS²¹

Ermilson de Sousa MARTINS²²

Oseas Cunha da SILVA²³

EIXO TEMÁTICO: Sociabilidade, Religiosidade e Ensino

RESUMO

Este artigo busca entender qual a importância do algodão para a economia maranhense. Para tanto, faz-se um percurso pela história da agroeconomia brasileira como esta impulsionou o nascimento da indústria brasileira, afim de entender os pormenores desta história. Além de não esquecer os papéis exercidos tanto por Inglaterra quanto por Portugal seja no processo de industrialização como no processo de pressionar o país para adequar-se esta. Para destrinchar este fato, utiliza-se da metodologia de revisão bibliográfica na qual utiliza-se de Tribuzi a Barbosa, para assim facilitar a realização deste trabalho.

Palavras-chave: Maranhão, economia, algodão.

1 INTRODUÇÃO

Para falarmos acerca da economia do Maranhão, a qual tinha o algodão como um dos produtos mais importantes, se torna indispensável entender o período Imperial brasileiro. Este teve seu início em 1822, e o fato histórico que marca seu nascimento foi o processo de independência. E o fato histórico que marca seu fim, foi a instauração da República, em 1889, a partir, principalmente, da necessidade de constituir uma ideia de nação.

A partir da independência, surge no Brasil a necessidade de criar uma ideologia nacional, além desta necessidade de constituição de uma ideologia nacional, havia as pressões externas nas quais governos Europeus não reconheciam o governo de D. Pedro como legítimo. Além disto, os Estados Unidos da América, com seus ideais libertários, baseados

²¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História, da Universidade Federal do Maranhão/Campus Codó. augusto5565@hotmail.com

²² Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História, da Universidade Federal do Maranhão/Campus Codó. ermilson_sousa@hotmail.com

²³ Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História, da Universidade Federal do Maranhão/Campus Codó. oseas.ocs12@gmail.com



nos ideias revolucionários franceses, influenciavam os pensamentos dos brasileiros e os ingleses pressionavam para uma independência deste país. Os ingleses pressionavam o governo brasileiro para o fim da escravidão e a independência deste, pois isto abriria comércio para seus produtos industrializados, posteriormente este país influencia de forma direta no processo de industrialização deste país.

Havia também a Inglaterra que pressionava Portugal pela independência brasileira, esta estava atrás de novas terras para comercialização de seus produtos.

Além das pressões externas, havia outros fatores que favoreceram a independência deste país: a economia estava passando por uma crise, as exportações, principal fonte de riqueza do Brasil na época, entrava em decadência, principalmente devido o aumento da concorrência com outros países, assim, as exportações da cana de açúcar, do café, do tabaco e do algodão passam por sérios problemas. (ABREU, 2010, p. 14)

2 A ECONOMIA NO BRASIL NO PERÍODO IMPERIAL

Abreu (2010), fala que no período imperial três produtos que tinham sido importantes durante o período colonial, voltam a se destacar como principais agentes econômico do país. São eles: o açúcar, o algodão e o fumo. Mas, ainda segundo Abreu (2010), no início da década de 1830, o café passa a ser o principal produto exportado pelo Brasil, em termos de valor. Seu valor comercial começa a cair apenas após o período imperial, depois de 1888, período no qual perde espaço para a borracha. Em termos de porcentagens, entre o início e o fim do império, o café tem um aumento de menos de 20% para mais de 60% nas exportações.

Já a participação do açúcar nas exportações durante este período cai cerca de 20%, passa de quase 30% para 10%. Nesta conjuntura, Pernambuco passou a ser o principal exportador e Rio de Janeiro e São Paulo passaram a ser os principais fornecedores para consumo interno de açúcar.

Percebe-se também que o principal objeto de estudo desta pesquisa cai sua taxa de exportação durante o império. O algodão passa de 21% para 4% das exportações totais realizadas no período.



Outros dois produtos analisados, o fumo e a borracha, tem participação significativa no papel de exportações do império. O primeiro diminui sua taxa de exportação, em contrapartida o seu valor de venda aumenta, gerando maior lucro ao império. Já o segundo, foi um dos principais produtos de exportações do império, principalmente devido sua porcentagem de exportação ter aumentado consideravelmente durante este período da história brasileira.

A partir do Império, boa parte dos produtos que antes eram exportados passaram a serem consumidos internamente. Fatores que contribuíram para isto foram o aumento da população interna e o plano de troca entre as províncias, este plano fazia parte de um “pacote de ajustes” que o imperador decidiu fazer para assim fortalecer o Estado brasileiro. Neste plano, o imperador investiu em estradas e portos, melhorou a comunicação entre as cidades entre outras obras que se mostraram como fundamentais para este processo.

3. A INDÚSTRIA NO IMPÉRIO

Segundo Abreu (2010), em “A economia brasileira no Império”, um dos fatores que se tem de levar em consideração em relação ao processo de industrialização do Brasil é sua entrada tardia neste processo. Para ele, acontece que o Brasil tinha sua economia baseada na agricultura: “A agricultura acabou dando o tom da atividade econômica imperial, sendo que, a cada dez trabalhadores, oito eram ligados diretamente ao meio rural e à base agrícola”²⁴. Ainda para ABREU (2010), o país dependia de produtos manufaturados e dos produtos industrializados, estes por sua vez possuíam elevado valor no mercado interno.

A Grã-Bretanha via na escravidão um empecilho no processo de angariar novos consumidores para sua filosofia liberal de lidar com a economia, o capitalismo e a revolução industrial; em relação à antiga metrópole, o Brasil ainda pagaria altas taxas para garantir sua independência, e os embargos econômicos impostos pela Inglaterra custeavam o processo de industrialização.

Houve compensação financeira do Brasil à Portugal, mas as concessões à Grã-Bretanha tiveram muito mais importância a mais longo prazo para a

²⁴ ABREU, 2010, pag. 35.



economia do Brasil independente. O enorme poder de barganha da Grã-Bretanha resultou na renovação dos compromissos contraídos por Portugal em relação à escravidão (...) e à tarifa de importação. Em 1827, foram renovadas as disposições tarifárias de 1810, por 15 anos, sendo a tarifa de importação de 15% estendida a todas as nações. Embora a crítica à renovação da vigência da tarifa de importação 15% habitualmente enfatize os efeitos nocivos sobre competidores domésticos, cabem dúvidas sobre quais seriam as possibilidades efetivas de resposta da oferta doméstica no quadro de um regime protecionista alternativo. (ABREU, 2010, pag. 14)

Percebe-se, ao longo desta releitura do período imperial brasileiro, que apesar de grande desenvolvimento extração de minério em Minas Gerais, o Brasil não possuía condições, ao contrário do que ocorria na Inglaterra (que possuía mão de obra barata disponível, dinheiro em caixa, ou seja, tudo para lhe possibilitar uma revolução industrial e as exportações e importações), para receber produtos importados ou exportar seu excedente.

3.2 A AGRICULTURA NA INDÚSTRIA IMPERIAL

A presença da agricultura na economia do império sempre foi marcante. Isso se deu, sobretudo, devido aos estabelecimentos industriais ficarem isolados, em relação a, Mauá (1968), diz:

Embora o governo imperial tenha distribuído subsídios importantes à diversos estabelecimentos industriais, a indústria brasileira no império tinha peso econômico modesto, não obstante a importância, em alguns casos efêmera, de estabelecimentos isolados (...) (MAUÁ, 1968, p. 44)

O processo de instalação da indústria brasileira obedeceu a dois pontos específicos que merecem destaque. O primeiro deles é o fato de que a indústria brasileira sofreu uma imensa interferência Britânica, este fato não ocorreu só no Brasil, isto ocorreu no processo de industrialização da América como um todo. O outro fato, este, segundo Suzigan (2000), a indústria concentrou-se em alimentos, produtos a base de algodão, materiais têxteis e vestuário, unidades artesanais e bebidas. Esta indústria, em 1880, chegara a representar cerca de 10% do PIB nacional.

A partir de então, a indústria passa a ser mais importante na vida econômica nacional. Em 1889, esta chega a representar cerca de 15% do PIB. Ponto chave neste processo de industrialização seria o algodão, segundo Abreu (2010, p. 22): “(...) a contribuição da



indústria doméstica para a oferta total de produtos têxteis de algodão, exatamente o setor classicamente pioneiro em outras experiências nacionais de substituição de importações, seria talvez de 15%”. O grande momento de explosão do processo de industrialização brasileira, só viria a ocorrer já no período republicano, segundo Suzigan (2000).

4 INTRODUÇÃO À AGRICULTURA DO ALGODÃO NO MARANHÃO

A agricultura exerceu um papel muito importante no desenvolvimento econômico brasileiro. Foi assim também no maranhão, como nos coloca Barbosa (2005, p. 18), esta constitui uma realidade para esta região. O algodão, no Maranhão, foi o grande responsável pelo acúmulo de riquezas.

Apesar do cultivo em larga escala ter proporcionando um período de efervescência na província a indústria do algodão não conseguiu evitar que a província entrasse em graves períodos de crises econômicas a partir de sua adesão independência, em 1823. É importante salientar, em referência às crises econômicas que o Maranhão passa a partir do momento de sua adesão o que alguns autores propõe, que esta seria fruto de um abandono por parte do governo local:

Os anos imperiais que seguiram foram vingativos com o Maranhão; o abandono e descaso com a rica região levaram a um empobrecimento secular, ainda hoje não rompido. E a recuperação da economia só se reestabelecerá a partir de 1920, com o extrativismo do babaçu (BARBOSA, 2005, pag. 19).

Para compreendermos melhor acerca do papel do algodão na economia maranhense é importante analisarmos quais as relações que foram estabelecidas nesta agricultura. Devendo-se destacar não apenas os sistemas econômicos vigentes, o capitalismo e o mercantilismo, mas pensar quem é a mão-de-obra na lavoura e também, pensar nas relações entre a elite político-econômica e as políticas que estas pensavam para estes povos.

5 RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO CULTIVO DO ALGODÃO MARANHENSE

Entres os anos de 1751 a 1772, o Maranhão esteve veiculado ao estado do Grão-Pará e Maranhão. A partir de 1772, com a nova divisão administrativa houve uma separação, na qual



A Capitania do Maranhão passou a ser chamado de Estado do Maranhão e Piauí, segundo CHAMBOULEYRON (2005), esta condição manteve-se assim até 1811, quando passaram a ser capitanias independentes.

Para MEIRELES (2001), a economia maranhense só despontou quando da criação da Companhia Geral do Comercio do Grão-Pará e Maranhão, a sua criação fora aprovada em 1752, mas só começara a funcionar em 1755. Sua criação foi proposta a partir da necessidade de explorar o comércio e a importação de negros na condição de escravos da África. A criação da Companhia pelo Marquês de Pombal tinha por finalidade estabelecer certa autonomia econômica e diplomática com a Inglaterra.

Esta Companhia utilizou-se da mão de obra escrava, além de introduzir modernas técnicas agrícolas. Para a época, esta teria, segundo Barbosa (2005), colocado o algodão como principal produto agrícola comerciável nesta região, ele diz:

(...) variáveis que impulsionaram a agricultura, principalmente o algodão, matéria-prima fundamental para a indústria têxtil inglesa, que nesse momento deixara de contar com a produção norte-americana em virtude da declaração da independência das treze colônias inglesas, em 1776. (BARBOSA, 2005, p. 17)

Ainda no século XVII, segundo PINAZA e ALIMANDRO (2000), os movimentos nos portos ludovicenses teriam aumentado de forma espantosa, passando de três por dia para alcançar vinte e seis. BARBOSA (2005, pag. 18), afirma que seria possível que a economia brasileira pudesse ser a maior do mundo, no sentido de diversificação e em tamanho.

É bastante provável que a economia colonial brasileira possuísse um tamanho e uma diversificação bem maiores que a dos Estados Unidos; teria sido a maior economia do Novo Mundo, feita em três séculos de mercantilismo. (BARBOSA 2005, p. 18).

5.2 RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO MARANHÃO IMPERIAL

Em 1822, ano da independência brasileira, o Maranhão já era considerado a quarta maior cidade deste país, ficando atrás apenas de Rio de Janeiro, Salvador, e Recife, segundo TRIBUZI (1981). Até 1830, a economia maranhense era denominada de “a economia do algodão”, segundo BARBOSA (2005). Ainda segundo o autor, isso ocorria devido ao



“algodão representar entre 73% e 82% das exportações”, isso também acontecia nos períodos em que a província Estava em crise. Segundo CARVALHO (1982), até o início do século XX o algodão continuou a ser o produto mais exportado.

5.3 A INDUSTRIALIZAÇÃO DO ALGODÃO NO MARANHÃO

AMARAL (1958), afirma que o Maranhão foi o pioneiro no processo de industrializar o algodão, isso já ao instalar sua primeira fábrica em 1855. Entretanto STEIN (1979), afirma que mesmo com o pioneirismo maranhense, a Bahia teria liderado o setor até 1875, esta possuía, segundo BARBOSA (2005), 11 fábricas das 30 existentes no país, enquanto o Maranhão possuía apenas uma.

Durante a guerra entre as colônias do norte e as do sul nos Estados Unidos da América, guerra denominada de Guerra de Secessão, o algodão do Maranhão passa a ganhar mercados internacionais. Porém, após o fim da guerra, os EUA retomam sua produção e o mercado maranhense perde espaço. Isso se deu, principalmente devido a uma indústria mais desenvolvida que proporcionava um algodão de melhor qualidade. Segundo BARBOSA (2005), esta situação começa a se reinverter a partir de 1888, quando há, o que ele chama de “loucura industrial”, da elite maranhense. Assim sendo, segundo MEIRELES (2001), no início do período republicano, o estado havia passado de 01 indústria para 17, nas quais estavam localizados uma em Codó, três em Caxias e as demais em São Luís.

Neste período, São Paulo era o líder de produção têxtil da nação. Contando com dezoito unidades de transformação. CANO (1990, p. 55) diz que “em virtude de apresentar mercado local em expansão devido à força de trabalho assalariada do complexo cafeeiro do oeste paulista e melhores condições agrônômicas de cultivo para o algodão”.

A agricultura do algodão, além de ter proporcionado uma expansão na economia brasileira, colocou o Maranhão como pioneiro da industrialização do algodão. Na qual, ainda nas proximidades, mas já na região médio Mearim instalou o primeiro descaroçador, isso no ano de 1826, segundo AMARAL (1958). Na cidade de Coroatá instalou a estação experimental de algodão, algo extremamente inovador para a época e o Estado brasileiro.



Além de ter colocado o Maranhão como primeiro grande exportador e produtor de algodão na América Latina.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta análise da economia maranhense, no período Imperial, percebe-se que ainda há muito a ser estudado sobre a economia do Maranhão para compreendermos algumas lacunas em nossa história, ainda que se tenha uma vasta biografia sobre o tema. Diante disto, este artigo pode vir a servir para tal fim.

Ao longo deste artigo percebeu-se que o estado do Maranhão exerceu um papel decisivo para a constituição de uma economia brasileira sólida, mesmo em tempos em que não se possuía as melhores condições para o desenvolvimento desta. Sendo uma das principais províncias do Império, chegando ao ponto de poder decidir, de forma autônoma se queria ou manter relações com Portugal ou com o Rio de Janeiro. Que até então era a capital deste país.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO, Luiz Aranha Correa. **A economia brasileira no Império, 1822-1889**. Departamento de economia da PUC –SP, nº 584.

BARBOSA, Francisco Benedito da Costa. **RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NA AGRICULTURA: algodão no Maranhão (1760 a 1888) e café em São Paulo (1886 a 1929)**. Agric. São Paulo, São Paulo, v. 52, n. 2, p. 17-27, jul./dez. 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O capitalismo tardio**. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

CAMARGO, Aspásia. **Federalismo e Identidade Nacional**. in Brasil: um século de transformações, SP: Companhia das Letras, 2001.

PELAES, C.M. SUZIGAN, W. **História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias**. Rio de Janeiro: IPEA, 1976.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Boletim da diretoria de terras, colonização e imigração**. São Paulo, 1937. SIMONSEN, R. **Evolução industrial de São Paulo e outros aspectos**. São Paulo: Nacional, 1973.



PERCEPÇÃO AMBIENTAL DAS COMUNIDADES TUCUNARÉ, VILA NASSAU E TRANSBARROS COM RELAÇÃO À PAISAGEM TERRITORIAL DAS MARGENS DO RIO CODOZINHO NO TRECHO PRÓXIMO A ESSAS LOCALIDADES

Maria de Santana Holanda da CONCEIÇÃO²⁵
Fabiana Pereira CORREIA²⁶

EIXO TEMÁTICO: Território, Paisagem e Patrimônio

RESUMO

O presente trabalho resulta das pesquisas preliminares feitas no âmbito da monografia intitulada “Percepção Ambiental das Comunidades Tucunaré, Vila Nassau e Transbarros frente às Áreas de Preservação Permanente do rio Codozinho, Codó-MA”, o qual sugere uma abordagem sobre a relação entre o homem e o ambiente, propondo um diálogo capaz de suscitar uma compreensão ao pensamento reflexivo sobre território e paisagem a partir da discussão acerca das Áreas de Preservação Permanente (APPs) do rio Codozinho, às margens do qual essas comunidades se localizam.

Palavras chave: Percepção ambiental. Áreas de preservação permanente. Território.

INTRODUÇÃO

O capítulo que discorre sobre percepção ambiental visa discutir o conceito de percepção ambiental e como esta interfere no comportamento das pessoas e na sua tomada de atitudes frente ao ambiente em que vivem, deixando entender a importância cultural, juntamente com fatores individuais, os quais são obtidos no decorrer da história de cada indivíduo. Assim, cada pessoa tenderá a ver a paisagem e o território em que vivem, não só a partir dos seus órgãos dos sentidos, mas também de experiências adquiridas.

A presente pesquisa objetiva compreender a percepção das pessoas que moram nas comunidades Tucunaré, Vila Nassau e Transbarros, em relação às APPs do rio Codozinho, analisando assim, a relação existente entre percepção, cultura e comportamento de modo a compreender a ligação desses três pontos com o território em que os indivíduos se encontram

²⁵ Graduanda do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas-História da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: maria_dshc@hotmail.com

²⁶ Docente do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas-História, da UFMA/Campus de Codó. E-mail: amopachamama@gmail.com



situados. Portanto, a ideia de se discutir tal temática surgiu a partir da problemática “Como as comunidades percebem a existência das APPs, das margens desse rio?” Desse modo, para realização do trabalho, lançou-se mão de levantamento de documentos bibliográficos inerentes ao tema.

PERCEPÇÃO AMBIENTAL

“Percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados.” (TUAN, 2012, p. 18, grifo do autor)

O conceito de percepção proposto por Tuan passa diretamente pelo processo cultural do indivíduo que observa seu mundo, assim, uma série de experiências o levará à tomada de atitude. Essa atitude, ainda em Tuan (2012, p. 18), “é primeiramente uma postura cultural, uma posição que se toma frente ao mundo”. E essa tomada de atitude vai ao encontro da constituição da virtude que, de acordo com Marcondes (2006), é desenvolvida em cada indivíduo pela força do hábito.

Essa virtude, conforme Ferreira (1999, p. 2078), vem a ser “disposição firme e constante para a prática do bem, força moral, valor”. Dessa forma, o contexto social em que cada indivíduo cresce, tende a contribuir para que o caráter individual seja formado. E ligado a isto, Giddens (2005) ressalta a importância das normas e dos valores dentro da sociedade, já que os valores influenciam diretamente na conduta de uma sociedade, moldando assim sua cultura.

Essa cultura, baseada no sentido antropológico, vem a ser os conhecimentos adquiridos ao longo do processo de desenvolvimento humano; são saberes obtidos a partir da convivência em sociedade (LARAIA, 2001). Também se institui aí, no meio social, a ideia de virtude capaz de conduzir a ação humana, bem como a forma desta sociedade perceber o ambiente.

Dessa forma, a atitude do ser humano frente ao ambiente em que está situado se dará, portanto, de dentro para fora, do interior do indivíduo para, finalmente, através dos sentidos e da história individual partir para uma ação condizente com cada realidade vivenciada (SCHIFF, 1973; TUAN, 2012).



Assim, a percepção de cada indivíduo ocorre a partir do contexto social e cultural em que ele está inserido; sua visão de mundo se constituirá de acordo com fatores biológicos e culturais, vivenciados através das experiências adquiridas, o que o motivará, portanto, na relação com o ambiente em que vive.

É então, o hábito obtido através dos sentidos que contribui, de certo modo, para a construção cultural de cada indivíduo, dentro do contexto em que ele se situa; suas reações ao percebido se efetuará de acordo com a sua história. Assim, Marcondes (2006, p. 37) afirma que, para Aristóteles, “A virtude não é inata, mas resulta do hábito [...] e do costume, ou seja, é necessário praticá-la, exercê-la efetivamente para nos tornarmos virtuosos”.

A percepção, segundo Schiff (1973), pode estar relacionada tanto com a história pregressa, como de acordo com a experiência, com o estímulo de interesses, além da força do hábito impulsionado pela consciência. Portanto, a percepção estará de acordo com os fatores definidos conforme o contexto de cada pessoa.

Dessa forma, tem-se que:

Em decorrência da consciência se constituir a partir das experiências vividas, é pela vivência que o homem se põe em contato com o mundo dos objetos exteriores. Assim, os conceitos de mundo vivido, de intencionalidade e de intersubjetividade são imprescindíveis para a construção das noções de espaço e lugar [...] (PÁDUA, 2013, p. 25).

O homem se situa no mundo a partir da sua própria essência, a partir daquilo que ele é enquanto ser pensante e consciente de sua realidade. Essas noções, que são adquiridas através da percepção individual, o coloca na condição de partícipe deste mundo, assim, sua capacidade de perceber o mundo através dos seus sentidos, o conduzirá a tomada de atitude.

Para Schiff (1973, p. 50), uma atitude é: “[...] um conjunto organizado de sentimentos e crenças que influenciarão um comportamento individual”. Essa atitude se apresenta influenciada pelo desenvolvimento cognitivo do ser humano frente às suas experiências. As crenças e sentimentos tendem a se posicionar à frente das atitudes, de maneira a guiá-las, determinando muitas vezes comportamentos, que vão de acordo ou não com repetições aprendidas ao longo do tempo. (SCHIFF, 1973).

Pádua (2013, p. 26) afirma que: “[...] conhecer o mundo é conhecer a si mesmo; espelha-nos porque reflete sobre nossos padrões de pensamento e preocupações, a



organização simbólica, a percepção, a atitude e o comportamento”. Assim, a compreensão do comportamento humano passa por uma série de fatores da consciência.

Dessa forma, entende-se que a capacidade de compreensão de mundo se determina pela percepção embasada na cultura existente. Os órgãos dos sentidos, segundo Tuan (2012), desempenham papel importante na percepção desse mundo, não sendo, entretanto, suficientes para compreendê-lo, já que o modo de ver as coisas tende a fluir de acordo com os valores, que se modificam à medida que há um crescimento intelectual.

De acordo com Pádua (2013, p. 27), “A liberdade garante que a percepção vá além do que realmente existe, ganhando contornos de imaginação. Mesmo a percepção de algo que falta, que não está, é percepção de algo.” Assim, Schiff (1973) fala da importância da experiência como fator que pode determinar como o indivíduo percebe o mundo, fato este que será discutido também por Bachelard (1978, p. 188), ao falar sobre a importância dessa experiência como norteadora da percepção que se tem da imagem:

A imagem se transforma num ser novo de nossa linguagem, exprime-nos fazendo-nos o que ela exprime, ou seja, ela é ao mesmo tempo um devir de expressão e um devir de nosso ser. No caso, ela é a expressão criada do ser. (BACHELARD, 1978, p. 188).

Desse modo, a visão que se tem de mundo não passa apenas pela percepção física determinada pelos órgãos dos sentidos, mas parte de uma compreensão pessoal de mundo. E isso está intrinsecamente ligado ao existencialismo proposto por Sartre e abordado por Tuan (2012), segundo o qual se apresenta como princípio fundamental à constituição do ser, frente à sua existência.

Assim, a capacidade de se compreender a natureza se estabelece por meio da existência do ser. O homem vive no mundo e tem consciência de sua existência, sendo, então, impossível separar a consciência da existência. O existir implica uma série de fatores que vão ao encontro da sensibilidade humana em relação a este mundo; o olhar humano sobre este mundo ocorre a partir do olhar que cada pessoa tem de si mesma (PÁDUA, 2013; PENHA, 2004). Assim:

O mundo fenomenológico é não o ser puro, mas o sentido que transparece na intersecção de minhas experiências, e na intersecção de minhas experiências com aquelas do outro, pela engrenagem de umas nas outras; ele é portanto inseparável da subjetividade e da intersubjetividade que formam sua unidade



pela retomada de minhas experiências passadas em minhas experiências presentes, da experiência do outro na minha. (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 22)

Merleau-Ponty (1999), retoma mais uma vez a influência da experiência na maneira de ver e interpretar os fatores externos; a percepção portanto, não está desligada do sensível, da consciência e, por conseguinte, da experiência, dependendo então desta para se situar conforme a história de cada um. A forma como o ser humano atua no mundo o caracteriza e o impulsiona a caracterizar os outros.

CONCLUSÃO

Em suma, a percepção ambiental conforme Tuan (2012) está muito além dos órgãos dos sentidos. Há todo um contexto cultural que contribuirá para que seja estabelecida uma tomada de atitude. Nessa perspectiva, os valores estão contidos no contexto cultural, motivando a forma de cada indivíduo interpretar aquilo que passa pelos órgãos dos sentidos. Portanto, a compreensão a respeito do comportamento humano, passa diretamente pela percepção que este tem, com relação ao mundo em que vive.

Daí a importância de se estudar percepção ambiental como meio de relacionar tais informações no trato das comunidades Tucunaré, Vila Nassau e Transbarros, frente ao território em que se encontram, principalmente com relação às APPs do rio Codozinho, tendo em vista que essas APPs e o rio, segundo os moradores, mudaram consideravelmente ao longo de vinte anos. Fato este que trouxe à ambos, uma aparência atual degradante.

A maioria dos moradores observam as mudanças do rio e conseguem destacar o que mudou ou não, entretanto a maioria não sabe o que fazer frente essas mudanças, o que denota uma possível falha na educação ambiental. Outras, apesar de viverem a tempos no local, vivem naquele ambiente sem refletir sobre ele, por nunca terem precisado diretamente do rio, não atribui a este, importância alguma, tal fato acusa mais uma vez a falta da educação ambiental na vida dessas pessoas.

Dessa forma, entende-se que a tomada de atitude ligada à vida pessoal de cada indivíduo dependerá também da educação fornecida a este. Aqueles que precisaram diretamente do rio, naturalmente compreenderam sua importância para o ambiente, outros, embora não tivessem se servido diretamente do rio, devido à uma educação ambiental, são



conscientes da sua importância. A partir disso, vê-se que a educação ambiental também se faz fator importante no processo de compreensão do ambiente e tomada de atitude com relação ao mesmo, uma vez que está atrelado ao contexto histórico e cultural de cada indivíduo.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston, 1884-1962. **A Poética do espaço**. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha; tradução de Antônio da Costa Leal e Lídia do Valle Santos Leal. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Disponível em: <<https://bibliotecadafilo.files.wordpress.com/2013/11/bachelard-a-poc3a9tica-do-espaco.pdf>> Acesso em: 11/08/2016 às 14:37h.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1910-1989. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 2078. 1999.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Tradução de Sandra Regina Netz. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

LARAIA, Roque de Barros, 1932. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge "Zahar Ed., 2001.

Pensar o Ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental. / Organização: Isabel Cristina Moura de Carvalho, Mauro Grün e Rachel Trajber. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, p. 11-56. 2006. 244p. **Aristóteles: ética, ser humano e natureza**- Danilo Marcondes- (Coleção Educação para Todos; v. 26).

MERLEAU-PONTY, Maurice, 1908-1961. **Fenomenologia da percepção**; [tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura]. - 2- ed. - São Paulo: Martins Fontes, p. 1-20. 1999. - (Tópicos). Disponível em: <https://monoskop.org/images/0/07/Merleau_Ponty_Maurice_Fenomenologia_da_percep%C3%A7%C3%A3o_1999.pdf> acesso em: 27/05/16 às 18:53h.

PÁDUA, Leticia Carolina Teixeira. **A geografia de Yi-Fu Tuan**: essências e Permanências; orientadora Magda Adelaide Lombardo. São Paulo, 2013. Tese (Doutorado) – Faculdade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Física.

PENHA, João da. **O que é existencialismo**. São Paulo: Brasiliense, p. 25-31. 2004. Coleção primeiros passos; 61.

SCHIFF, Myra R. **Considerações teóricas sobre a percepção e a atividade**. In Boletim de geografia teórica, v. 3, n. 6, p. 47-61. 1973.

TUAN, Yi-Fu, 1930- **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução: Livia de Oliveira.- Londrina: Eduel, p. 15-30. 2012.



**DIFICULDADES E TRANSTORNOS AOS TRABALHADORES RESPONSÁVEIS
PELA EXPLORAÇÃO E QUEBRA DO BABAÇU NO INTERIOR DO MARANHÃO:
REGIÕES CIRCUNVIZINHAS AO MUNICÍPIO DE CODÓ.**

Aldo Tavares RIBEIRO²⁷
Patrícia Maria Santos SALAZAR²⁸

EIXO TEMÁTICO: Território, Paisagem e Patrimônio

INTRODUÇÃO

Questionar uma realidade, identificando possíveis problemas, e buscando para isso respostas plausíveis que passem pelo campo político institucional é demasiadamente atuador se tratando do aspecto enquanto ser social. Logo partindo de estudos, consulta a manuais e revistas dentro do assunto, experimentações de caráter exploratória e lógicas dedutivas, alcançar uma visão aprofundada sobre a realidade vivida (destaque para o tipo de transporte disponibilizado pelos órgãos responsáveis pelos trabalhadores do cultivo do babaçu) pelos trabalhadores do ofício exploratório do babaçu nas regiões circunvizinhas ao município de Codó, com ênfase nas culturas praticadas especialmente aos cultivadores da amêndoa, mas sem descartar aos pequenos minifúndios agrícolas, uma vez que tem sua contribuição significativa para a produção dos derivados do babaçu como um todo.

1. DISCUSSÃO TEÓRICA

Segundo (JUNIOR, DMITRUK e MOURA, 2013, p.130) “investigar em que medida existe a necessidade de edição de legislação protetiva e regulamentadora da atividade das quebradeiras de coco babaçu, a fim de fomentar o desenvolvimento regional, no Estado do Maranhão, de forma horizontalizada”. Logo, é fundamental a compreensão de todos os requisitos envolvidos neste processo de reconhecimento por parte dos trabalhadores rurais. Para tanto a compreensão do processo histórico se tornará objeto mediador do estudo, uma

²⁷ Graduado do Curso de História da Faculdade Evangélica Cristo Rei. E-mail: aldomax@outlook.com

²⁸ Professora do Curso de Licenciatura em História da Faculdade Evangélica Cristo Rei. E-mail: mundomedieval@outlook.com



vez que tal formação esta diretamente ligada a tudo que o presente social econômico demonstra e se responsabilizou em organizar. Uma vez mais por entender, existem inúmeras dificuldades em torno da organização e desenvolvimento da extração do babaçu em torno dos municípios. Conforme (NETO, 2014).

O inicio das organizações sindicais relacionadas à comunidade extrativista do babaçu se deu em uma identidade coletiva a partir do I Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, realizado entre os dias 24 e 26 de setembro de 1991, onde reside a gênese do (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu) MIQCB. A partir de então, as discursões em torno dos problemas no que se refere à extração do babaçu (em uma visão ampla) tornaram-se mais especificadas e prontas a amadurecer. (NETO, 2014, p.8).

Relacionando o que de fato é o principal problema/debilidade dos exploradores do babaçu, tem-se em como lugar de destaque o veiculo que é utilizado pelos trabalhadores realizarem suas viagens até os interiores em busca do babaçu. Fotos do único tipo de transporte utilizado pelos exploradores do babaçu, nas regiões vizinhas ao município de Codó, e outras localidades, como: Montevideo, Saco, Comunidade Pardinha, km 17 e Vila Nassau.

Figura 1: As precárias condições do veiculo responsável pelo transporte dos quebradores de coco, no momento em que chegava de uma de suas viagens.



Fonte: autor (2016)



O veículo (um D60, ano 1975, marca Ford), que atualmente é de propriedade de seu “Antônio José”, recebe pouca manutenção, especialmente nos períodos de maior necessidade dos trabalhadores, meses compreendidos nas safras/quebras do produto, muito por conta de serem meses de transição entre as atividades do veículo (uma vez que o caminhão ainda transporta outros tipos de mercadorias para outros lugares da região).

Quanto à área de abrangência dos babaçuais, e que contam com o único tipo de acesso a locomoção disponibilizado pelo poder público, devido a precariedade da estrada, as viagens torna-se verdadeiras aventuras. Como o acesso ficou irrestrito pela falta de comunicação (as varias localidades são privadas, e o acesso a esses terrenos ficou demasiadamente escasso), cabe destacar por meio de informações prestadas pelos moradores da localidade e pelos extratificadores do babaçu, conforme foto.

Figura 2: Localização dos babaçuais no entorno de Codó, que conta com a presença de transporte. Foto (a) localidade capim: BR 316, e estrada vicinal. Foto (b) localidade Boi Não Berra: Estrada da Trizidela. Foto(c) Riacho do Fio: BR 316, e estrada vicinal.



Fonte: Google Earth (2016).



3. METODOLOGIA

Quanto ao tipo de metodologia a ser usada para a abordagem empírica deste trabalho, será feito um estudo a princípio de alguns autores que já trabalham o tema com uma maior solidez, para de posse destes dados, e com muita propriedade sobre o que de fato busca-se, partir para o trabalho de campo, uma vez que as leis gerais a cerca dos trabalhadores do extrativismo do babaçu, bem como o conhecimento a cerca da região de atuação dos mesmos, é importante salientar que as visitas feitas as comunidades que trabalham a extração do babaçu serão em períodos a depender das condições de espaço/tempo por parte dos extratificadores e as viagens a serem realizadas juntamente com os quebradores do babaçu também dependerão de autorização de seus responsáveis, pois a pesquisa mesmo tendo a melhor das intenções pode ser horizontalizada e confundida tornando-a de caráter político ou mesmo perseguidor.

Posterior a essa primeira parte, serão feitas algumas entrevistas com os que assim se acharem dispostos e interessados (sabendo da natureza deste trabalho, é imprescindível a colaboração dos trabalhadores de maneira voluntaria e autentica) no assunto, salientando que se buscam melhoras a suas atividades, portanto de interesse a estes sujeitos colaboradores da economia local.

O passo seguinte será evidenciar os dados coletados com os resultados a serem percebidos para enfim fazer um adendo entre o que se viu no campo, e o que se estudou para encontrar respostas plausíveis e associáveis à realidade. O maior compromisso a que este projeto de pesquisa se dedicará acima de tudo é demonstrar os fatos como eles estão acontecendo, buscando melhoras.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, J do. A Economia Política do Babaçu: um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências. São Luís: SIOGE-Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado, 1990. 312p.

BABAÇU, uma riqueza maranhense. Revista de Geografia e História. São Luís, DRG, 1961.



JUNIOR, Miguel Etinger de Araújo, DMITRUK, Erika Juliana e MOURA, João Carlos da Cunha. **A lei do babaçu livre: uma estratégia para a regulamentação e proteção da atividade das quebradeiras de coco no estado do maranhão.** Doi: [http://dx. doi. org/10.5007/2177-7055.2013v35n68p129](http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2013v35n68p129)

MIQCB. Carta das Quebradeiras de Coco Babaçu. **VI Encontro do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu.** São Luís, 2009. Disponível em: <http://www.actionaid.org.br/Portals/0/Docs/ Carta_Final_VI_Encontro.doc>. Acesso em: 29 set. 2011.

NETO. Nirson Medeiros da Silva. **A Lei do Babaçu Livre: Usos e Representações Jurídicas das Quebradeiras de Coco Babaçu** in: *Perspectiva Amazônica*. 2, Jan.2012, Santarém – PA

_____. Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto. Manaus: PPGSCAUFAM, 2006.



MARANHÃO NO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS: AS MANOBRAS DOS INTERVENTORES NA CONJUNTURA POLÍTICA MARANHENSE ENTRE OS ANOS 1930 - 1936

Romário Chaves OLIVEIRA²⁹
Edyene Moraes dos SANTOS³⁰

EIXO TEMÁTICO: Política, Poder e Imprensa

INTRODUÇÃO

Com a difusão cultura política alguns problemas que não eram de responsabilidade da política passaram para os domínios da história política. Dessa forma, a intervenção do Estado, bem como as relações de forças existentes não são fáceis de compreender, mas que proporciona liberdade e uma margem de independência capazes de observar que o político está em toda parte. O cenário político do Maranhão no primeiro governo de Getúlio Vargas favoreceu um período de grande instabilidade. A partir da Revolução de 1930, as articulações pela busca do poder político, bem como a incapacidade de administração ou a falta de apoios para permanecer no poder, proporcionou uma manutenção constante entre os governos existentes entre os 1930 a 1936. É sabido que de acordo com a tradição da política do café-com-leite, um mineiro deveria ser o sucessor do paulista Washington Luís. Mas o que de fato sucedeu não obedeceu a lógica de tal sucessão porque foi indicado o paulista Júlio Prestes. Com as elites mineiras descontentes, surgiu então a Aliança Liberal cujas articulações envolviam João Pessoa na Paraíba, Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul e Antônio Carlos presidente de Minas. No entanto, Júlio Prestes venceu as eleições causando descontentamento entre os tenentistas os quais elegeram Getúlio Vargas como líder do movimento. João pessoa foi assassinado por motivos pessoais, fato esse que precipitou o movimento surgindo, assim, levantes nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e na Paraíba. Em 03 de novembro de 1930, é instaurado o governo provisório por Getúlio Vargas cuja primeira medida foi a

²⁹ Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História, UFMA, Campus Codó. romariochaves01@hotmail.com

³⁰ Professora Assistente do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História, UFMA, Campus Codó. Edyene_Moraes@hotmail.com



dissolução do Congresso Nacional e as Assembleias Estaduais nomeando para os estados os chamados interventores. O tema em estudo tem como finalidade apresentar, dentro desse contexto nacional, a conjuntura política do Maranhão entre os idos de 1930 a 1936 trazendo à luz os interventores maranhenses e destacando alguns conflitos existentes nesse período. Para tanto, vislumbraremos a ação dos interventores no cenário nacional e em seguida especificaremos a configuração política maranhense.

1. Os interventores e a centralização do poder.

Intitulado Código dos Interventores, foi assim que foi chamado o decreto nº20.348, de agosto de 1931 onde se estabelecia como deveria ocorrer o controle dos interventores em seus respectivos estados. Todos os estados da federação com exceção Minas Gerais, foram nomeados interventores em substituição dos governadores. Tais figuras do pós Revolução estiveram treinadas à centralização política e econômica do Brasil em torno executivo. Os estados brasileiros ficaram proibidos de contrair empréstimos sem a autorização do executivo.

[...] o chamado Código dos Interventores estabeleceu as normas de subordinação destes ao poder central. Limitava também a área de ação dos Estados, que ficaram proibidos de contrair empréstimos externos sem a autorização do governo federal, gastar mais de 10% da despesa ordinária com os serviços da polícia militar, dotar as polícias estaduais de artilharia e aviação ou arma-las em proporção superior ao Exército. (FAUSTO, 2010, p. 186).

Em face ao exposto, é possível perceber no Código dos Interventores havia uma grande preocupação com segurança nacional. Assim, o interesse em investir na polícia demonstrava uma das artimanhas de Getúlio Vargas em enaltecer os militares, os quais vinham de um momento histórico onde eles não eram muito valorizados, além de fortalecer a repressão contra aqueles que resolvessem intervir na administração do executivo.

A contribuição de Fausto (2010) para compressão do Estado centralizador evidencia que entre os interventores, a maioria eram militares que almejavam uma uniformização no atendimento das necessidades de cada região país como “a instalação de uma indústria de básica (especialmente a siderúrgica) e um programa de nacionalização que incluía as minas, os meios de transporte e de comunicação” (FAUSTO, 2010, p. 189). Com tal planejamento



era evidente a necessidade de contar com um governo federal que fosse estável e centralizador.

Na teoria, era um projeto esperançoso perante uma realidade que ainda estava mergulhada nas estruturas oligárquica do Brasil e que perduraria por muito mais tempo. Em muitos estados a força dos grupos políticos imperava dificultando os planos dos tenentes. Às elites regionais, não interessava um projeto emancipador, no mais defendia a constitucionalização do país dentro da concepção de democracia liberal. É nesse contexto de discrepâncias latentes e estruturais que muitos interventores não permanecerão muito tempo no poder.

Esses interventores em um primeiro momento não estiveram sozinhos perante a situação vigente. Não se pode esquecer o apoio de diversas camadas da sociedade como, por exemplo, os intelectuais e religiosos. Esses últimos, vendo a sua doutrina ameaçada pelo socialismo se uniram ao integralismo que conforme Fausto (2010) atraiu um número muito grande de aderentes. Vale ressaltar as palavras de René Remond (1996) que conceitua o político como um setor que não pode ser entendido fora do contexto social, pois “as observações sobre as correspondências entre prática religiosa e comportamento eleitoral contribuem para ressaltar tanto a variedade quanto força das interações e interferências” Reis (1996, p. 36).

2. Manutenção e incertezas políticas no Maranhão de 1930 a 1936.

Como havia mencionado acima o contexto em que estava inserido as incertezas políticas no maranhão antes de instaurar o Estado Novo seguia a risca a estrutura oligárquica. Flávio Reis (2013) em seu livro *Grupos Políticos e Estruturas Oligárquicas no Maranhão* permite conhecer o fundamento das estruturas oligárquicas mostrando a perda da disputa política no Maranhão na segunda metade do século XIX desde as simples lutas entre famílias até aos espaços de mediação entre instâncias do poder e interesse privado. Reis(2013) evidencia que o maranhão durante a década de 1920 passou por um momento de renovação das oligarquias dando ensejo as disputas entre os tenentes e as novas oligarquias.



Na verdade, os tenentes disputavam com as dissidências oligárquicas a canalização da insatisfação popular, podendo ser apontado como principais diferenças entre ambos, a sua defesa explícita da intervenção armada como forma de alcançar o poder e a centralização política. (REIS, 2013, 107).

Nessa conjuntura podemos destacar as três primeiras interventórias, visto que elas ocorreram em um curto espaço de tempo. A luz das considerações de Reis (2013), essas interventórias funcionaram entre outubro de 1930 a agosto de 1931. Nesse contexto, cabe a contribuição de Mário Meireles (2015) que apresenta a atuação do primeiro interventor maranhense, José Maria dos Reis Perdigão, substituindo José Luso Torres que era comandante do 24º Batalhão de Caçadores. Reis Perdigão era jornalista e membro do tenentista desde 1924 em São Paulo que conforme o autor supracitado logo foi demitido por causa da sua posição secundarista no que se refere a administração do Estado.

Ele governou de 27 de novembro de 1930 a 09 de janeiro de 1931. A esse respeito faz-se notório enfatizar o que Reis (2013) pontua como elementos que contribuíram para a queda de Perdigão. Tal queda se deu em virtude do rompimento que ele fez com Marcelino Machado, sugerindo a Juarez Távora, como segundo interventor, o padre Astolfo de Barros Serra passando a governar de 09 de janeiro de 1931 a 18 de agosto de 1931.

O padre Astolfo de Barros Serra passou um bom tempo em São Paulo porque suas ações não condiziam com os votos sagrados. Mas as circunstâncias de instabilidades fizeram com que seu governo não se diferenciasse dos dois que lhe antecederam. Meireles (2015) enfatiza em sua obra *História do Maranhão* três obstáculos: a falta de orçamento público para 1931, o Escândalo de Balsas, e a reforma do Poder Judiciário.

Além disso, jornais como *Tempo e Folha do Povo*, *Diário Oficial* e o *O Imparcial* não mediram esforços para influenciar a opinião pública demitindo-o e elegendo, portanto, o tenente Lourival Serôa da Mota que governou entre 08 de setembro de 1931 a 10 de fevereiro de 1933. Quanto a visão sobre a queda do padre, José de Ribamar Chaves Caldeira (1981) assim se posiciona:

Essa delegação,, contudo, perdeu eficácia ainda na interventoria de Astolfo Serra, por dois motivos, 1) pelo desligamento de Perdigão do governo, onde



ocupava o cargo de Secretário da Interventoria; 2) pela decretação do “Código dos Interventores” (CALDEIRA, 1981 p. 156).

Caldeira (1981) menciona que a falta de prestígio de Perdigão permitiu a queda dos primeiros interventores no maranhão fazendo com que chegasse ao fim, no maranhão, a fase revolucionária para iniciar outro momento conhecido como fase tenentista. Três eram os requisitos para ser um interventor na fase tenentista: ser militar, estrangeiro e “politicamente neutro”.

Lourival Sêroa da Mota também enfrentou dificuldades Reis (2013) menciona que Mota buscou isolar o governo federal das pressões dos grupos políticos, bem como das organizações dos trabalhadores. Já Meireles (2015) identifica os fatores do fracasso de Mota quando pontua que ele não conhecia a situação político-administrativa do maranhão. Em outra instância, a Associação Comercial não aceitava as providências admirativas julgando-as contrárias aos interesses da comunidade.

A questão do movimento operário também constituiu um dos motivos para Sêroa da Mota pedir sua demissão. O final do ano de 1932 deflagrou um movimento em torno dos direitos trabalhistas adquiridos pelo decreto 21.364 de 04 de maio 1932 que fixava a jornada de trabalho em oito horas diárias sem redução dos salários. É diante desse elenco de acontecimentos que Sêroa da Mota renunciou a interventoria.

Com a demissão desse interventor, Jânsen ocupou o governo interinamente e anunciou eleições. Assim, apareceu uma chance para os grupos oligárquicos que estavam silenciosos aparecerem no cenário. Havia o grupo dos marcelinistas e dos tarquinistas, ambos fizeram oposição ideológica nas eleições da Constituinte de 1933. Quem saiu vitoriosos nessa eleição foram os marcelinistas.

É nesse contexto que foi nomeado um novo interventor para o maranhão, pois Saldanha não conseguiu acalmar os ânimos dos tarquinistas. Esse novo tenentista atendia aos requisitos necessários da fase tenentista. Aliando aos magalhãesistas, Antônio Martins de Almeida buscou a autonomia do estado perante a questão econômica do país. Caldeira (1981)



afirma que isso incidiu cobrança de imposto ao comércio o que causou satisfação temporária a Associação Comercial.

Com tantas discórdias entre o novo interventor e a Associação Comercial culminou com, segundo Reis (2013 p.111), a “interdição da sede da Comercial e à prisão de seus diretores, acusado de subversão da ordem”. O Ministério da Justiça resolveu a questão. Em 1934, após a promulgação da Constituinte, ocorreram as eleições.

Com o processo reconstitucionalização, as elites renovadas que estavam se movimentando e se estruturando antes de 1930 voltam com grande força e fizeram de tudo para criar uma situação onde pudessem ter um interventor. Assim, chegou ao poder o interventor major Carneiro de Mendonça. Getúlio Varga buscou com esse interventor acalmar os conflitos existentes com as oligarquias maranhenses.

Mas quem serviu mesmo de polo para estreitar as relações entre Vargas com as oligarquias foi Paulo Martins de Sousa Ramos. Ele buscou construir uma base de sustentação capaz de aliar os empresários e a subordinação dos sindicatos ao Estado. Paulo Ramos perdurou todo o Estado Novo com essas manobras político- administrativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Caldeira (1981) o período que se estende desde 1930 até 1935 foi um ciclo de revolução que teve como motor gerador da instabilidade a não identificação dos interventores com as oligarquias existentes no maranhão. A burguesia não construiu um projeto que afastasse a predominância das oligarquias.

Fato esse que Reis (2013) evidencia a presença das oligarquias como algo estrutural que foi sendo formado desde o início do século XIX. Dessa forma, o período que abarcou o primeiro governo de Getúlio Vargas, o maranhão estava inserido nessas estruturas que fizeram com que as classes médias no campo econômico não se identificassem as medidas politico-administrativas dos interventores.



De modo geral, são essas disputas entre as oligarquias e a Associação Comercial do Maranhão com os interventores nomeados que vão permear durante todo o primeiro governo de Vargas. É nesse contexto que tais disputas onde os interesses particulares têm prioridade esboçaram o mapa da política maranhense.

Toda essa transfiguração nos remeteu ao pensamento de René Remond (1996) que permitiu entender os objetos estudados da história política pelo viés da duração. Nesse sentido buscou-se compreender esse jogo político em conjunto que partilhado por grupos inteiros que se articulam em torno dos mesmos interesses e viveram as mesmas experiências.

REFERÊNCIAS

CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. As interventorias estaduais no Maranhão: um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-30. Campinas: Unicamp, **Dissertação de mestrado (Ciência Política)**, 1981.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2015 (3ª ed. atualizada). 1962.

REIS, Flávio. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no maranhão**. São Luís: 2013